

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ISADORA BORTOWSKI FLORISBAL

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DO
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO A PARTIR DOS ANOS 2000**

Porto Alegre

2022

ISADORA BORTOWSKI FLORISBAL

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DO
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof^o Dr^o Luiz Augusto Estrella Faria

Porto Alegre

2022

ISADORA BORTOWSKI FLORISBAL

**A POLÍTICA EXTERNA CHINESA PARA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE DO
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO A PARTIR DOS ANOS 1990**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 14 de novembro de 2022

BANCA EXAMINADORA:

Profº Drº Luiz Augusto Estrella Faria – Orientador
UFRGS

Profº. Drº. Carlos Eduardo Schonerwald da Silva
UFRGS

Profº. Drº. Henrique Carlos de Oliveira de Castro
UFRGS

CIP - Catalogação na Publicação

Florisbal, Isadora Bortowski

A política externa chinesa para América Latina:
Análise do investimento estrangeiro direto a partir
dos anos 2000 / Isadora Bortowski Florisbal. -- 2022.
55 f.

Orientador: Luiz Augusto Estrella Faria.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Investimento estrangeiro direto. 2. China. 3.
América Latina. I. Faria, Luiz Augusto Estrella,
orient. II. Título.

Aos meus pais e aos meus avós pelo constante estímulo e apoio incondicional que tornaram esse sonho possível.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Universidade Federal do Rio Grande do Sul pelo ensino gratuito e de excelência providenciado nesta instituição. Sendo assim, sou extremamente grata aos professores, servidores, técnicos e terceirizados que sempre estiveram à disposição para me auxiliar em tudo o que necessitei nestes anos de formação.

Gostaria de agradecer ao meu orientador, Prof^o Dr^o Luiz Augusto Estrella Faria, que me acompanhou neste processo de escrita e me ajudou com todas as diversas adversidades que surgiram. Agradeço ao Centro Estudantil de Relações Internacionais (CERI) que foi essencial ao longo de toda minha formação, dando suporte e resolvendo diversos problemas que impactam no dia a dia da universidade.

Agradeço também à minha família por todo apoio prestado durante o curso, desde o início, quando ainda era um sonho, até agora. Tenho ciência do quanto todos abdicaram para que eu pudesse deixar Camaquã e morar em Porto Alegre, assim como para que eu pudesse aprimorar meu conhecimento através do intercâmbio com outras universidades do Brasil durante o curso. Mãe, pai e avós, sou eternamente grata por todo o suporte que me deram e por acreditarem no meu potencial mesmo nos meus momentos de insegurança, me ajudando a encontrar o caminho e me dando todos os valores para eu ser quem sou hoje. Obrigada Sofia, minha irmã querida, por ser sempre incrível, se preocupar comigo e alegrar meus finais de semana. Também agradeço ao meu companheiro de vida, Caio, por estar ao meu lado nessa trajetória, me apoiando em todas as minhas ideias e estudos, além de sempre fazer o possível para que eu alcance o que desejo profissionalmente e seja feliz com o que escolhi fazer.

Por último, gostaria de agradecer aos meus amigos e amigas, que sempre compartilhamos momentos de risadas, choros, alegrias e tristezas. A UFRGS possibilitou que eu conhecesse pessoas maravilhosas que foram essenciais nesta trajetória, mas deixo um agradecimento especial a Camila, a Luana, a Rafa, ao Igor, ao Henrique e ao João que foram um suporte muito importante ao longo de todos esses anos, que me acolheram e me apoiaram quando eu não conhecia ninguém em Porto Alegre. Aos amigos que já faziam parte da minha vida antes do início do curso, Roberta e Matheus, obrigada por se fazerem presentes em todos os momentos que precisei, apesar da distância.

“O desenvolvimento tradicional, apoiado na expansão das exportações, transformara os países da região em economia, em grande medida, concorrentes.”

(FURTADO, 1969, p. 20)

RESUMO

Na América Latina, o Investimento Estrangeiro Direto (IED) advindo da China foi praticamente inexistente até o início do século XXI e muito restrito até 2010. A partir desse momento, principalmente em razão da crise financeira mundial, a região se apresentou como um importante destino destas inversões em virtude da grande urbanização chinesa e da sua consequente crescente demanda por recursos naturais. Assim, esses fluxos tornaram-se uma importante fonte de financiamento para a região, o que auxiliou no seu crescimento econômico. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar os investimentos estrangeiros diretos chineses na América Latina desde o início dos anos 2000, objetivando verificar seus determinantes, além dos setores e países para os quais eles foram mais direcionados. Outrossim, como objetivo secundário, apresenta-se o processo de internacionalização e abertura econômica da China no cenário capitalista internacional. Então, conclui-se que as inversões chinesas na América Latina são altamente concentradas tanto setorialmente quanto geograficamente. Em relação ao primeiro, entretanto, há uma lenta transformação em direção à diversificação; já em relação ao segundo, os investimentos são destinados primeiramente a países com benefícios fiscais e, posteriormente, variam conforme o contexto das nações com as quais se negocia. Por fim, o presente trabalho traz para reflexão final a discussão acerca das consequências na relação América Latina-China serem benéficas ou não para o primeiro, ressaltando, assim, a importância em aprofundar os estudos sobre a inserção e o papel da China em âmbito mundial e sobre as consequentes mudanças na estrutura da divisão internacional do trabalho.

Palavras-chave: Investimento Estrangeiro Direto. China. América Latina.

ABSTRACT

In Latin America, Foreign Direct Investment from China was practically non-existent until the beginning of the 21st century and very limited until 2010. From then on, mainly due to the global financial crisis, the region presented itself as an important destination for these investments due to the great urbanization of the Asian giant and its growing demand for natural resources. Thus, these flows became an important source of financing for the region, which helped in its economic growth. Therefore, the present work aims to analyze Chinese foreign direct investments in Latin America since the early 2000s, aiming to verify their determinants, in addition to the sectors and countries to which they were most directed. Furthermore, as a secondary objective, the process of internationalization and economic opening of China in the international capitalist scenario is presented. So, it is concluded that Chinese investments in Latin America are highly concentrated both sectorally and geographically. In relation to the first, however, there is a slow transformation towards diversification; in relation to the second, investments are destined primarily to countries with tax benefits and, later, they vary according to the context of the nations with which the negotiation is carried out. Finally, the present work brings to a final reflection the discussion about the consequences in the Latin America-China relationship being beneficial or not for the first, thus emphasizing the importance of deepening the studies on the insertion and role of China in the world and on the consequent changes in the structure of the international division of labour.

Keyword: Foreign Direct Investment. China. Latin America.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Fluxo de IED chinês, 2000-2021 (milhões de dólares correntes)	24
Figura 2 - Estoque de IED chinês, 2000-2021 (milhões de dólares correntes).....	25
Figura 3 - Estoque de IED de países selecionados, 2000-2021 (porcentagem do total mundial)	26
Figura 4 - Evolução da posse e participação chinesa na propriedade de títulos do Tesouro Americano	27
Figura 5 - Regiões de destino do IED chinês, 2020 (US\$ 10000).....	28
Figura 6 - Fluxo de IED na América Latina, 2000-2021 (milhões de dólares correntes).....	35
Figura 7 - América Latina e Caribe: entradas de investimento direto estrangeiro, por componente, 2010-2018.....	36
Figura 8 - Composição da pauta exportadora da América Latina para China por setor	38
Figura 9 - Fluxo de investimentos chineses para a América Latina, 2003-2018 (em US\$ milhões).....	39
Figura 10 - IED da China por setor (2000-2018)	41
Figura 11 - IED chinês na América Latina e Caribe, setor de energia	41
Figura 12 - Estoque dos investimentos chineses na América Latina (2005-2018)	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores de destino do IED chinês (USD 10000)	32
Tabela 2 - Países de destino do IED chinês na América Latina e Caribe (porcentagem e total em bilhões de US\$)*	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI	American Enterprise Institute
CELAC	Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGIT	China Global Investment Tracker
EUA	Estados Unidos da América
FMI	Fundo Monetário Internacional
IED	Investimento Estrangeiro Direto
MOFCOM	Ministério do Comércio
NDRC	Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PCC	Partido Comunista Chinês
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
REDALC	Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre a China
RPC	República Popular da China
SAFE	Administração Estatal de Câmbio
SEI	Indústrias Emergentes Estratégicas
TLC	Tratado de Livre Comércio
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ZEEs	Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A REFORMA E ABERTURA ECONÔMICA CHINESA	16
2.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS A PARTIR DE 1949	16
2.2 AS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1978	18
2.3 PROJETOS CHINESES A PARTIR DOS ANOS 2000: “GOING GLOBAL” E “MADE IN CHINA 2025”	20
3 O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS: CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES	24
3.1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E MOTIVAÇÕES	27
3.2 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL	30
4 O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA AMÉRICA LATINA	34
4.1 O IED NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES	34
4.2 O IED CHINÊS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE A PARTIR DOS ANOS 2000	38
4.2.1 Distribuição regional do IED chinês na América Latina	42
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6 REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

É evidente que o processo do desenvolvimento chinês foi uma revolução em termos econômicos, principalmente porque não seguiu os padrões impostos pelas potências capitalistas e pelas organizações internacionais como Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (FMI). Entretanto, ainda na década de 1990 o país se apresentava como um pequeno ator no tabuleiro mundial, limitando suas inversões aos seus países limítrofes da Ásia. Entretanto, é possível afirmar que o início do século XXI foi um marco na transformação da política externa chinesa em relação ao investimento estrangeiro direto (IED), principalmente devido a sua estratégia denominada *Going Global*, que estimulava oficialmente as inversões de firmas chinesas.

Tal mudança no paradigma chinês foi oficializada com a entrada da China da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001, momento em que se começou a objetivar a elevação do status internacional da China como potência influenciadora dos desafios impostos pelo sistema internacional. Posteriormente, tal fato modificaria de forma significativa todo o cenário internacional dos movimentos de capital.

A partir de então muito se debateu sobre a nova divisão internacional do trabalho em função da ascensão econômica chinesa, visto que seu ritmo de crescimento acelerado juntamente com déficit natural do país criou uma alta demanda por recursos naturais. Esse contexto, então, foi visto como uma excelente oportunidade pelos governantes da América Latina para tentar encontrar sua trajetória de desenvolvimento de forma sustentável, apresentando a região como uma zona geopolítica de grande relevância para o desenvolvimento chinês.

Entretanto, apesar dos países latino-americanos terem tido sucesso em aproveitar esse momento de inserção da China no mercado mundial, os valores do investimento chinês ainda eram modestos. Posteriormente, com a crise financeira internacional, o IED chinês apareceu novamente como uma oportunidade a ser resgatada pelos latino-americanos, mas agora com valores mais vultosos e já se firmando como importante fonte de financiamento para a região e para algumas indústrias específicas, como as de infraestrutura e de recursos naturais.

A partir desse momento, o fluxo de capitais chineses foi extremamente relevante, contribuindo para criar capacidades locais, fomentando o desenvolvimento sustentável e modificando a estrutura produtiva da América Latina. Como consequência dessa mudança, houve uma especialização da pauta exportadora e, em muitos casos, danos para políticas

industriais. No caso brasileiro, por exemplo, as relações com a China estreitaram significativamente, mas isso fortaleceu o papel do dragão asiático como exportador de produtos industrializados e grande importador de *commodities*. Sendo assim, por tratar-se de um fenômeno relativamente recente e não ser bem compreendido é relevante estudá-lo para seu melhor desenvolvimento e compreensão.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo principal analisar o investimento estrangeiro direto chinês na região latino-americana a partir dos anos 2000, procurando identificar suas características e motivações. Além disso, como objetivos secundários, procura-se identificar a distribuição setorial e geográfica das inversões assim como contextualizar o processo de abertura econômica e internacionalização da China em um cenário de constante expansão capitalista.

Como hipótese que fundamenta o presente estudo é a de que a China iniciou seus investimentos externos, principalmente, em busca de novos mercados. Contudo, devido às mudanças na dinâmica mundial, à crise de 2008 e à evolução de sua economia interna, os investimentos passaram a ter um papel mais relevante na política externa chinesa e, então, foi necessário focar em suprir a demanda interna de insumos básicos, colocando a China em uma posição de estabilidade material. Para isso, será utilizada a definição de IED da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), no qual o mesmo envolve um relacionamento de longo prazo, refletindo interesse e controle duradouros de uma empresa em outra residente em um país estrangeiro.

Entretanto, ressalta-se que estudar e analisar o IED chinês são grandes desafios, pois há um déficit metodológico em relação aos dados oficiais reportados, visto que mais da metade das inversões chinesas são destinadas a Hong Kong e, em relação à América Latina, grande parte é destinado às Ilhas Virgens Britânicas e às Ilhas Cayman. Assim, este estudo utilizará, de maneira geral, a metodologia desenvolvida pela UNCTAD, na qual não são incluídos os dados relativos às Regiões Administrativas Especiais de Hong Kong e Macau, República da China (Taiwan), e paraísos fiscais no Caribe.

Desta forma, a metodologia escolhida tem como prioridade uma pesquisa teórica, na qual será realizada uma revisão bibliográfica em trabalhos já consolidados na literatura acerca do tema e serão utilizadas suas conclusões e evidências. Além disso, em segundo plano será realizado um levantamento de dados na base da UNCTAD, do *National Bureau of Statistics of China*, do American Enterprise Institute (AEI) e do China Global Investment Tracker (CGIT). Em relação a análise do IED chinês na América, também será utilizado a Rede Acadêmica da América Latina e Caribe sobre a China (REDALC), que considera a base de

dados da UNCTAD, governos da região, MOFCOM, Comissão Econômica para a América Latina e Caribe e do próprio CGIT.

Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos além da introdução e da conclusão. No primeiro, apresenta-se o processo de abertura e reforma da República Popular da China desde a metade do século XX até os dias atuais, perpassando pelos estratégicos planos quinquenais de desenvolvimento, que são de extrema relevância para o entendimento de como a China se tornou uma nação expoente na disputa de poder global.

O segundo capítulo, por sua vez, analisa as principais características dos investimentos chineses no exterior. Com o objetivo de compreender a expansão e as motivações, procura-se apresentar a evolução do IED chinês, além de sua distribuição geográfica e setorial. Já o terceiro e último capítulo, apresenta dados para as inversões estrangeiras realizadas na América Latina visando solucionar os mesmos questionamentos que o capítulo anterior, enfatizando o caso chinês. Para isso, são apresentados os dados para o IED chinês no continente latino-americano, sua distribuição entre setores e entre os países da região, além de suas novas tendências de expansão. Por fim, serão feitas as considerações finais, apresentando um breve resumo do trabalho e as conclusões obtidas de acordo com os objetivos propostos.

2 A REFORMA E ABERTURA ECONÔMICA CHINESA

Na primeira metade do século XX, a China enfrentou guerras sangrentas e importantíssimas para toda sua história e para a sua constituição enquanto país central do cenário internacional atual. Segundo Hobsbawn (1995 apud CUNHA, 2008, p. 71), a trágica guerra sino-japonesa atuou quase que conjuntamente aos comunistas, liderados por Mao-Tse-Tung, para sua vitória na dolorosa guerra civil enfrentada internamente, visto que esses estavam antes em desvantagem. Assim, a partir da Revolução Comunista em 1949, a China passou de um país agrário e dependente externamente para um país com indústria complexa e competitiva.

Assim, nesse capítulo busca-se entender o caminho percorrido pela China no processo de desenvolvimento, analisando os projetos e políticas chinesas que conduziram as reformas e a abertura econômica até os dias atuais. Desta forma, o capítulo será dividido em 3 seções: a primeira abrangendo o período de 1949 a 1976; a segunda de 1976 a 2000; e, por último, dos anos 2000 até hoje.

2.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO CHINÊS A PARTIR DE 1949

Anteriormente à Revolução Comunista em 1949, a economia chinesa estava em colapso, passando por instabilidades e diversos problemas decorrentes do período de guerra, tais quais: elevadas taxas de desemprego e inflação, baixo crescimento, carência de um setor industrial e desigualdades regionais. Assim, a China era um país dependente dos países centrais com uma economia debilitada. Então, visando modificar esse cenário, o novo modelo de Estado implementado foi organizado no desenvolvimento tanto da indústria pesada quanto da criação de uma significativa reforma agrária, visando utilizar a grande quantidade de mão-de-obra e terras disponíveis no país (ZHENG, 2004; CARVALHO, 2020).

Com o objetivo de impulsionar a industrialização, o Estado se utilizou do setor agrícola como setor estratégico para a acumulação de divisas para o início dos investimentos. Já no tocante à reforma agrária, em 1950 ela foi feita com o objetivo de melhorar a distribuição e o aproveitamento das terras produtivas, o que melhorou os indicadores de desigualdade, desemprego e aumentou a produção de excedentes (POMAR, 2003; CARVALHO, 2020).

Posteriormente, em 1953 foi montado o Primeiro Plano Quinquenal (1953-1957) almejando auxiliar no processo de desenvolvimento econômico através da elevação do crescimento, aproveitamento das áreas produtivas e expansão da indústria tecnológica

(ZHENG, 2004; CARVALHO, 2020). Então, foi com o êxito de chegar ao final do plano com avanços em infraestrutura e produção agrícola, aumentos de renda da população e uma indústria pesada crescente que a China oficializou a socialização de sua economia (CUNHA, 2008; WOLF, 2018).

É importante destacar que o desenvolvimento do setor rural era menor quando comparado ao do setor industrial, devido à lógica de alocação de divisas –que serviu como investimento para a industrialização- e devido à baixa unificação do maquinário agrícola utilizado pelos camponeses. Para isso, o Estado cria o sistema cooperativo, no qual tanto as máquinas quanto as propriedades seriam unificadas para aproveitamento de recursos e aumento da produtividade (POMAR, 2003; CARVALHO, 2020).

Com isso, em 1958 é montado o Segundo Plano, denominado “O Grande Salto Adiante”, que visava alcançar o desenvolvimento em menos tempo, ampliando ainda mais o plano anterior, principalmente no tocante a indústria pesada, e consolidando o poder militar chinês. Contudo, o plano acabou falhando devido aos fatores estruturais e climáticos que afetaram as safras e aumentaram os níveis de fome e pobreza (FERRAZ e DIEGUES, 2019; CARVALHO, 2020).

Devido ao fracasso desse segundo plano, inicia-se na década de 1960, então, uma reorganização das bases produtivas para que seja possível continuar com as reformas. Nesse momento, o setor agrícola volta a ter grande relevância e busca-se seu crescimento, visando reduzir a insegurança alimentar no país. Nesse sentido, inicia-se uma lenta e gradual abertura desse setor ao meio privado, permitindo também acesso ao comércio. Além disso, houve outras mudanças com o objetivo de barrar as indústrias em locais não apropriados considerados pelo governo (ZHENG, 2004; CARVALHO, 2020).

Considerando todo esse momento de falhas e instabilidades, estabelece-se uma divisão no Partido Comunista entre os que defendiam a abertura comercial e políticas liberais em contraponto aos que defendiam o aperfeiçoamento dos ideais comunistas centralizados no Estado. Estes últimos iniciaram o plano denominado “A Revolução Cultural” em 1966 com o objetivo retomar o poder e o controle sobre as reformas, mas, devido as tensões entre China e sua principal aliada –a URSS-, foi necessário reatar bases comerciais com outros países, como os Estados Unidos. Isso acabou principiando uma lenta liberalização no comércio chinês, mas que só se efetivou como abertura comercial de forma ampla após a morte de Mao-Tse-Tung e entrada de Deng Xiaoping ao poder em 1976, quando se finaliza o último plano (RUIZ, 2006; CARVALHO, 2020).

Portanto, é evidente que, na China do século XX, as discussões eram sobre qual o melhor caminho a ser seguido para a superação do estado de nação periférica. Em nenhum momento foi questionado o fato de permanecer ou não nesse status, pois já havia um consenso sobre essa mudança.

Ademais, é possível afirmar que o Estado centralizador de Mao-Tse-Tung conseguiu êxito em alguns pontos, mas não alavancou o crescimento econômico em larga escala como se obteve posteriormente com o governo de Xiaoping. Segundo Kissinger (2011), esses dois últimos planos de Mao-Tse-Tung foram erros importantes para que surgisse uma nova visão dentro do próprio partido sobre como lidar com o mercado mundial, que acabou gerando, conseqüentemente, certas divisões internas.

2.2 AS REFORMAS ECONÔMICAS DE 1978

Após as falhas do governo anterior nos dois últimos planos quinquenais que levaram a China à miséria e à fome, Deng Xiaoping assume o governo em 1976 e cria o ambiente para mudanças na pauta econômica chinesa, que resultariam, posteriormente, em maior acesso ao mercado internacional. Nesse momento, o governo chinês mudou o eixo central de governo para um eixo de mercado não centralizado e focou em buscar formas de produção mais eficientes e com maior nível tecnológico, o que alavancou o crescimento do país (CUNHA, 2008; WOLF, 2018).

Segundo Kissinger (2011, p.386), Deng Xiaoping iniciou a estratégia nacional em 1978 baseando sua revolução na liberação do povo chinês, “cuja vitalidade econômica natural e espírito empreendedor foram muito tempo reprimidos pela guerra, por dogma ideológico e restrições severas do investimento privado”. Ou seja, o programa de reforma e abertura econômica conhecido como “Portas Abertas” tinha inicialmente objetivos políticos, mas, posteriormente, passou a visar interesses comerciais. Assim, houve uma orientação de governos locais para a condução das empresas e uma mudança no que o governo buscava -que antes era apenas recursos naturais- para um tripé: recursos naturais, mercado e tecnologia (ZHANG, 2005; SANTO, 2018).

Ademais, para Leite (2011), há três fatores essenciais ao crescimento chinês a partir de 1978: i) condução pragmática das reformas com adoção do modelo de experimentação e adequação durante a implantação; ii) apoio do governo, partido e população; iii) estabilidade política.

Assim, o primeiro setor onde a liberalização teve início foi no rural com o objetivo de tornar a China autossuficiente na questão alimentar. Para isso, houve a saída do modelo coletivizado para o de responsabilidade individual, redistribuindo novamente as terras. Essas medidas reduziram as desigualdades regionais, elevaram a renda e a produtividade, além das receitas do Estado (CUNHA, 2008; WOLF, 2018; CARVALHO, 2020).

Posteriormente, o governo chinês focou em alterar a política comercial, o acesso ao setor privado e ao comércio internacional. Para estes objetivos, a estratégia foi atrair empresas e investimentos diretos estrangeiros para seu grande mercado interno com vasta mão de obra qualificada (POMAR, 2003). Ou seja, a China não optou por competir com os capitais centrais, mas atrair as empresas desses países.

Desta forma, visando facilitar o ingresso do capital estrangeiro no país, foram criadas as Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) no setor industrial para auxiliar no desenvolvimento de novas tecnologias e favorecer o projeto de exportações de manufaturas. Contudo, mesmo com a liberalização avançando no país, os investimentos diretos estrangeiros só podiam ser aplicados nas ZEEs e de acordo com as condições estatais (CARVALHO, 2020).

Além disso, a inserção da China no FMI e no Banco Mundial foram de extrema relevância para a entrada de empréstimos no país, visto que, a partir desse momento até 1985, a China estabeleceu a maioria de suas filiais estrangeiras em países em desenvolvimento, em projetos no setor de serviços e alguns poucos no setor manufatureiro (CAI, 1999).

Nesse sentido, para Medeiros (2013), apesar das exportações contribuírem para o desenvolvimento chinês, foram o investimento estatal e o mercado interno os expoentes do desenvolvimento econômico chinês, pois, inicialmente, as inversões chinesas no exterior ainda ficaram com índices baixíssimos visto que se tinha uma avaliação individual de cada projeto de investimento pelo Conselho de Estado. Assim, na China, a importância do mercado interno decorrente da modernização da agricultura, da expansão da renda média, dos investimentos industriais e do processo de urbanização sobressaiu na liderança do crescimento econômico (ZHANG, 2005; MEDEIROS, 2013; JUNQUEIRA, 2020).

Com o fim dos governos de Deng Xiaoping no início da década de 1990 e a transição para Jiang Zemin, a China entra de fato nos modelos atuais do mercado econômico internacional (CUNHA, 2008; WOLF, 2018). Foi a partir desse momento que o investimento estrangeiro chinês apresentou uma grande expansão, resultando em um aumento no estoque acumulado de investimento chinês e no número de empresas transnacionais chinesas e suas afiliadas operando no exterior (CAI, 1999; SANTO, 2018).

Entretanto, nos anos seguintes foram tomadas medidas mais rigorosas com a finalidade de regularizar as saídas de inversões, fase denominada de “contenção do investimento externo”. Isso ocorreu com o objetivo de garantir que o capital chinês fosse investido em fins produtivos, fazendo com que os projetos passassem por mais análises. Contudo, de maneira geral ainda houve um aumento no valor total das inversões (ZHANG, 2005; SANTO, 2018). Assim, para Kissinger (2011), no final dos governos de Jiang Zemin não havia mais dúvidas sobre qual rumo seguir ou qual o mais apropriado, mas havia um debate sobre o impacto de uma China emergente e dinâmica na ordem mundial e economia global.

Portanto, como afirma Arrighi (2008), o desenvolvimento chinês foi sábio e gradativo, assegurando que os recursos humanos deslocados fossem reaproveitados em uso mais eficiente e não deixados num desemprego infrutífero. Além disso, é relevante destacar que outro grande diferencial desse projeto chinês foi a união entre as grandes políticas e reformas de setores essenciais, como a educação, o financeiro, o comércio externo e o empresarial.

Nesse sentido, como afirma Cunha (2008), a intenção da China era provocar uma internacionalização de si própria, gerar emprego, incorporar novas tecnologias e transformar o país em um polo de desenvolvimento de padrões mundiais através de uma melhor adaptação da conhecida “economia de mercado socialista”.

2.3 PROJETOS CHINESES A PARTIR DOS ANOS 2000: “GOING GLOBAL” E “MADE IN CHINA 2025”

É evidente que a partir do século XXI, a China começou a se consolidar de fato como um dos membros centrais do cenário internacional (WOLF, 2018). Arrighi (2008) afirma que o principal responsável por esse surgimento chinês foi justamente seu atual oponente, os Estados Unidos da América (EUA) que, devido à Guerra ao Terror, deixou em segundo plano o dragão asiático. Assim, quanto mais os Estados Unidos necessitava de crédito e mercadorias baratas para sustentar a guerra, mais a China conseguia se impor.

Deste modo, a virada do século XXI foi o marco da liberalização chinesa e o ponto de partida para atuação das empresas chinesas no exterior, ambos sendo represados pela entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001. A partir desse ingresso começou a se objetivar a elevação do status internacional da China como potência influenciadora dos desafios impostos pelo sistema internacional (ZHANG, 2005).

Então, em 2002, durante o governo Hu-Wen (2002-2012), no Décimo Sexto Congresso do Partido Comunista Chinês, foi lançado o plano estratégico denominado “Going Global”,

que consistia em um conjunto amplo de políticas promovidas pelo PCC visando o desenvolvimento econômico, abertura econômica e inserção no mercado mundial. Segundo Junqueira (2020, p.54), o objetivo era

incentivar a internacionalização das companhias chinesas visando aumentar a competitividade destas firmas, seja por meio do fortalecimento de vantagens de propriedade ou superar desvantagens de propriedade, criando uma sinergia entre investimento, comércio e política industrial.

Sendo assim, a fase inicial da estratégia *Going Global* consistia em garantir recursos naturais para sustentar o crescimento baseado no investimento e exportações, mas, posteriormente, o plano começou a visar mudar o sistema de aprovação dos investimentos no exterior (YUNING, QINZHEN, 2018; JUNQUEIRA, 2020).

Para isso, o governo simplificou o processo de aprovação das inversões chinesas, deixando de ter um papel decisório e passando a ter um papel de supervisão e prestação de serviços aos projetos, o que pode ser visto nas políticas públicas chinesas para o IED, que se tornaram de monitoramento e de promoção. Através dessas políticas o país criou legislações visando incentivar o envolvimento de suas empresas no processo produtivo de outros países, através da concessão de abatimentos nos impostos de exportação, assistência em moeda estrangeira e apoio financeiro às empresas. Assim, os investimentos estrangeiros afluíram em massa para o setor produtivo, muitas vezes na forma de joint ventures e, então a “marca” *Made in China* passou a ganhar reconhecimento no mercado internacional (ZHANG, 2005; BUCKLEY et al, 2010; SANTO, 2018).

Houve também diversas iniciativas públicas e privadas em pesquisa e desenvolvimento que permitiriam, posteriormente, que empresas chinesas desenvolvessem tecnologia de ponta em setores-chave e tivessem acesso à propriedade intelectual de domínio de empresas estrangeiras, em troca do acesso ao mercado chinês por estas empresas. Nesse contexto, houve também o plano “Indústrias Emergentes Estratégicas” (SEI), que era centrado no aprimoramento de tecnologias avançadas, para assegurar a posição de indústrias emergentes estratégicas (ROSENTHAL, 2020).

É importante ressaltar que o Estado chinês sempre focou na proteção ao investidor e na proteção ao investimento durante seu processo de desenvolvimento, principalmente através de acordos bilaterais de investimento (PEREIRA, 2018; JUNQUEIRA, 2020). Ademais, também se destaca o esforço do governo para manter uma rede de serviços de informação visto que o

IED se tornou importante para a integração chinesa à economia mundial (CAI, 1999; LUE; XUE; HAN, 2010).

Portanto, é possível afirmar que houve uma coordenação entre governo, bancos, empresas estatais e empresas privadas na estratégia “Going Global”, com todos os integrantes voltados para a ampliação da segurança em recursos naturais, alimentares e energéticos, via controle das cadeias de valor desses setores em outros países (PAUTASSO, 2019).

Posteriormente, a partir de 2013, a China iniciou uma nova fase de seu desenvolvimento, denominado na literatura como “Novo Normal da China”, no qual há uma maior ênfase no comércio doméstico em vez de em investimentos e exportações. Foi também neste ano que o presidente Xi Jinping anunciou alguns planos para facilitar a conexão entre os diversos países da Ásia, através de uma ampla malha terrestre e de rotas marítimas, que mais tardiamente incluiria a Europa e a África e ficaria conhecido como “Nova Rota da Seda” (BRI) (ROSENTHAL, 2020).

Então, em 2015, no último ano do 12º Plano Quinquenal, a China estabeleceu um novo plano estratégico, o *Made in China 2025*, que buscava reduzir a dependência tecnológica e investir pesadamente em suas próprias inovações. É possível ver o plano como um aprofundamento da aliança entre desenvolvimento nacional e potencialização da inserção global da China, no qual o governo chinês impulsiona a interação entre Estado e setor privado e financia a fusão de setores, conformando oligopólios com vistas a aprofundar a produtividade e a socialização do investimento (PAUTASSO, 2019; ROSENTHAL, 2020).

Assim, segundo Pautasso (2019, pg. 191)

diferentemente das agendas neoliberais ocidentais, o Estado chinês direciona os investimentos para setores escolhidos, capazes de gerar inovações e adensar cadeias produtivas, enquanto os mercados de capitais são regulados, evitando as bolhas e colapsos inerentes aos ciclos de especulação.

Esse plano faz parte de uma estratégia que propõe três estágios para transformar a China em uma superpotência industrial até 2049, no centenário de fundação da República Popular da China (RPC). O primeiro tem o objetivo de transformar a China, até 2025, de gigante industrial em uma potência industrial. O segundo busca levar a China, até 2035, a um nível equivalente ao de potências industriais mundiais médias. Por fim, o terceiro estágio visa consolidar a posição da China como potência industrial e trazê-la para uma posição de destaque no topo da lista das nações industrializadas (ROSENTHAL, 2020).

Portanto, o *Made in China 2025* é um plano que busca afirmar a liderança industrial e tecnológica da China na medida em que realiza um robusto processo de substituição de importações. E, apesar de ocupar a segunda posição dentre as economias mundiais, a China ainda tem um longo caminho a percorrer no setor da indústria de transformação para avançar no cumprimento das metas estabelecidas pelo plano e pela BRI (PAUTASSO, 2019).

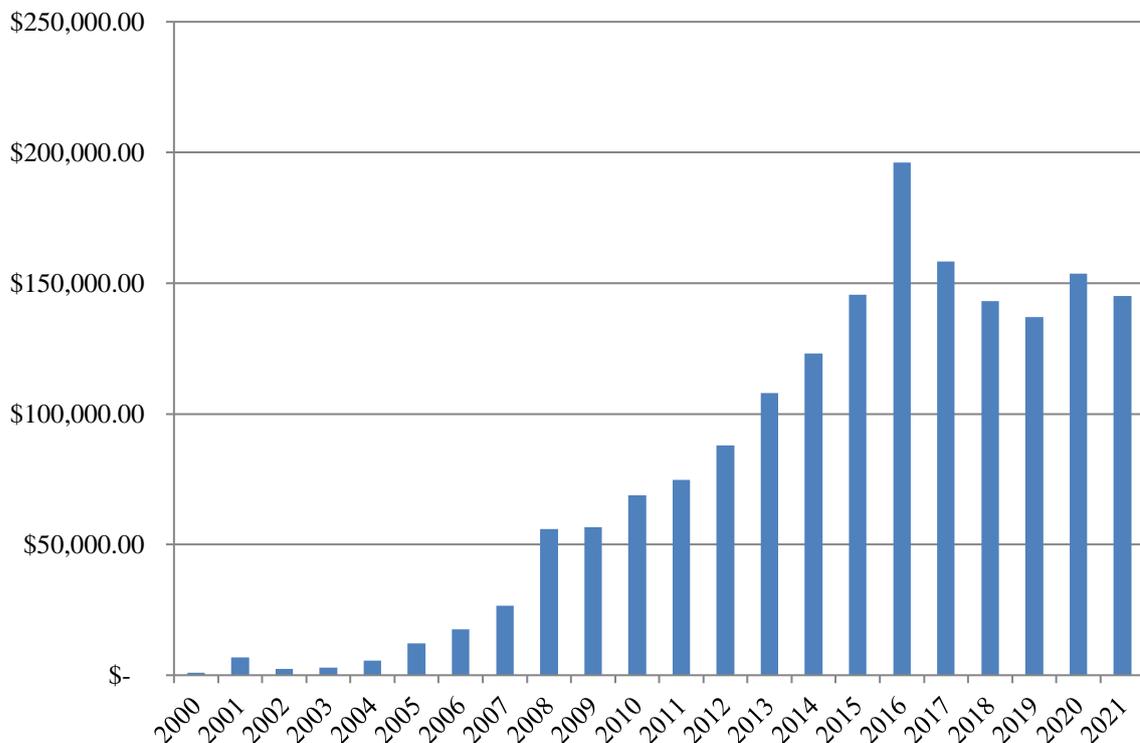
Por fim, além da *Made in China 2025*, atualmente a RPC desenvolve a estratégia *Going Global 2.0*, que surgiu com o objetivo de garantir que as empresas invistam no exterior com mais sabedoria, com maior preocupação com as sensibilidades locais e com a imagem da China, além de promover demanda à economia nacional, alavancando-a por meio da Nova Rota da Seda (PAUTASSO, 2019).

3 O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO CHINÊS: CARACTERÍSTICAS E DETERMINANTES

Como visto, é evidente que o IED chinês se tornou uma importante ferramenta no processo de inserção chinesa à economia mundial, crescendo significativamente ao longo do século XXI em termos de fluxos (Figura 1) e estoques (Figura 2). Assim, esta seção discute as características quantitativas e qualitativas do IED chinês e seus determinantes.

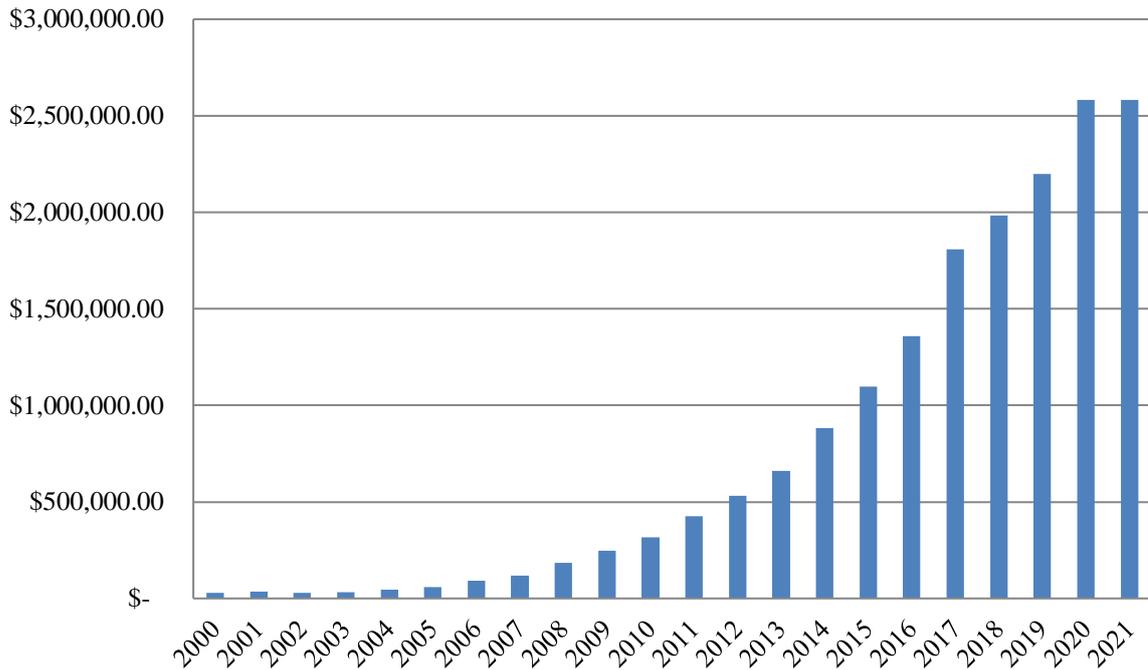
Entretanto, é válido ressaltar que há uma grande dificuldade em analisar o IED chinês devido à falta de precisão na obtenção dos dados, visto que, até 2003, não existiam dados oficiais da República Popular da China (RPC). Além disso, os órgãos do governo chinês, MOFCOM e SAFE, não diferenciavam investimentos realizados dos anunciados e, também, identificam apenas o primeiro destino deles. Desta forma, aproximadamente 60% do IED chinês é destinado a Hong Kong, que oferece baixas taxas sobre os dividendos e reinvestimentos. Ademais, muitas vezes, como no caso do capital destinado à Europa, por exemplo, o capital é investido em outro paraíso fiscal para, posteriormente ser direcionado ao destino final, o que dificulta a análise (YUNING, QINZHEN, 2018; XIAOYU, 2019; JUNQUEIRA, 2020).

Figura 1 - Fluxo de IED chinês, 2000-2021 (milhões de dólares correntes)



Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD.

Figura 2 - Estoque de IED chinês, 2000-2021 (milhões de dólares correntes)



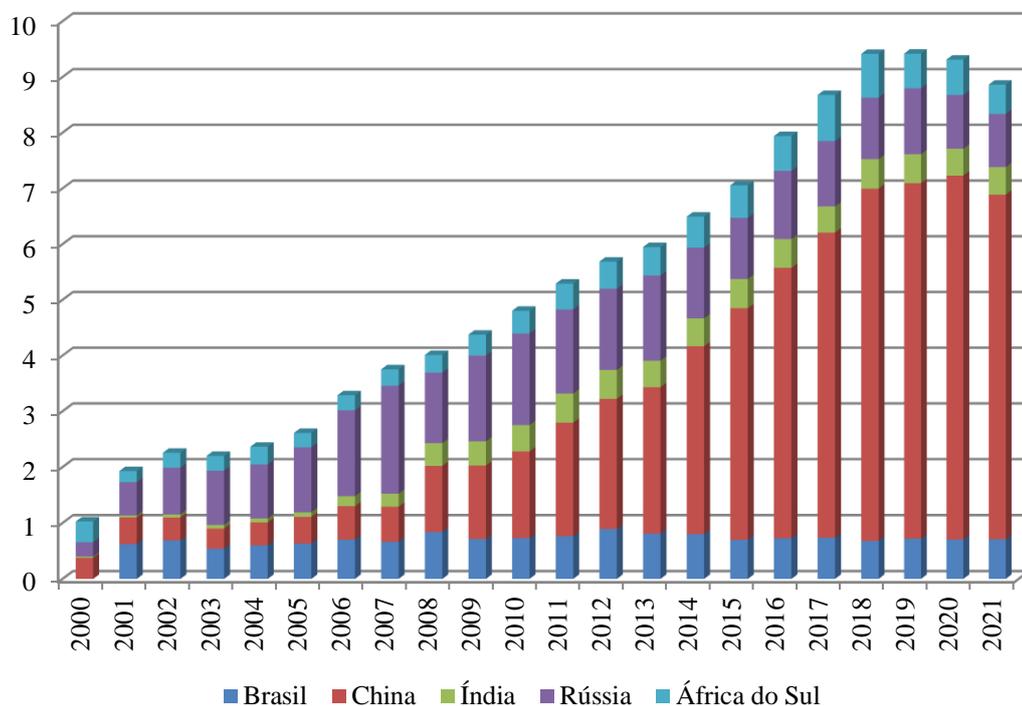
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD.

Analisando os Figuras acima, fica visível o aumento do IED chinês ao longo do século XXI. Em 2004, o fluxo de inversões chinesas foi de aproximadamente \$5,5 bilhões e o estoque de capital no exterior \$44 bilhões, o que representa 0,6% e 0,4% dos volumes mundiais, respectivamente. Já em 2016, os fluxos situaram-se em torno de \$196 bilhões e o estoque \$1,3 trilhão, correspondendo a uma porcentagem de 12,3% e 4,9% respectivamente. Nesse ano, a China se tornou o segundo maior investidor externo no mundo, ficando atrás somente dos EUA, e ocupou a sexta posição global em termos de estoque de IED, segundo dados da UNCTAD.

Ademais, pode-se notar que o fluxo de investimentos chineses no mundo começa a se tornar relevante somente a partir de 2008, época em que ocorreram importantes transformações estruturais no regime de acumulação da China. Nessa época, com a crise financeira instaurada, diversas empresas perderam valor de mercado, pois enfrentaram escassez de fundos, mercados em retração e dificuldades operacionais, o que propiciou a entrada das empresas chinesas no mercado internacional. Assim, o fluxo de saída de IED da China duplicou, totalizando aproximadamente \$55 bilhões de dólares. Em conjunto a esse aumento, o Ministério do Comércio (MOFCOM) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) tomaram medidas que descentralizaram ainda mais sua autoridade de aprovação, fazendo com que as saídas de IED da China no mínimo triplicassem em nove anos (CINTRA; PINTO, 2017; RODRIGUES e HENDLER, 2018).

Além disso, ao analisar a participação relativa dos países em desenvolvimento no cenário mundial enquanto fontes de IED é possível visualizar um aumento quando comparada a dos países desenvolvidos, sendo o caso da China ilustrativo (UNCTAD, 2012). Assim, entre os países emergentes, a China se transformou em 2011 na principal origem desse tipo de investimentos, se mantendo no topo até os dias atuais, segundo dados da UNCTAD (Figura 3).

Figura 3 - Estoque de IED de países selecionados, 2000-2021 (porcentagem do total mundial)



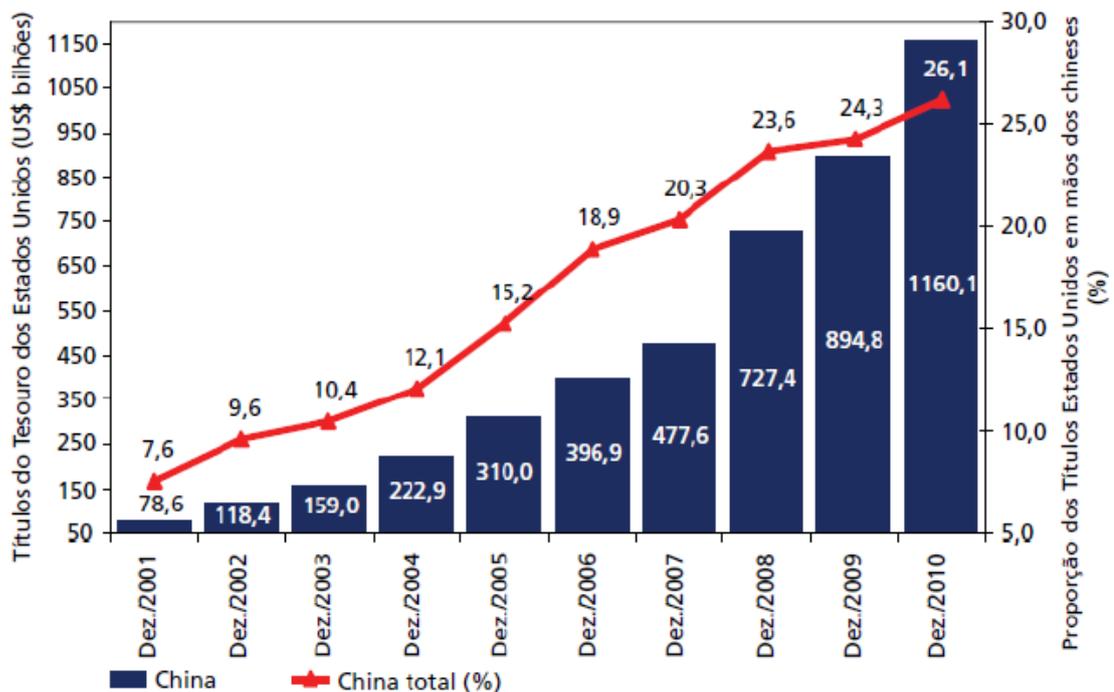
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCATD.

Essa proeminência chinesa foi decorrente de dois fatores importantes no cenário internacional: o descuido norte-americano em retardar sua economia, visto que havia a prioridade em combater o terrorismo; e a crise de 2008, que acabou agilizando a integração chinesa com a América Latina e tornando a China um competidor em potencial pela acumulação de poder global. Além disso, o IED chinês possuía uma forte característica macroeconômica que também afetou a posição norte-americana no cenário internacional: a alocação de seus excedentes cambiais em ativos reais (NOGUEIRA e HAFFNER, 2016; WOLF, 2018).

Grande parte das reservas chinesas é decorrente do seu viés exportador e seu acelerado processo de crescimento econômico, e eram, em parte, alocadas em títulos da dívida

americana. Até 2010, a China possuía aproximadamente 25% dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos (Figura 4), o que permitiu que ela preservasse a estabilidade de sua moeda em relação ao dólar e protegesse a competitividade de exportação do país. Entretanto, com a crise financeira de 2008, houve uma modificação na estratégia chinesa em relação à sua gestão de reservas, pois houve a necessidade de diversificar os riscos associados à sobreacumulação de reservas em dólares e em títulos da dívida pública norte-americana. Nessa nova visão, as oportunidades de investimento de suas empresas estatais no estrangeiro foram mais exploradas e houve a criação e capitalização de fundos e organismos financeiros multilaterais (PINTO, 2010; NOGUEIRA e HAFFNER, 2016; WOLF, 2018).

Figura 4 - Evolução da posse e participação chinesa na propriedade de títulos do Tesouro Americano

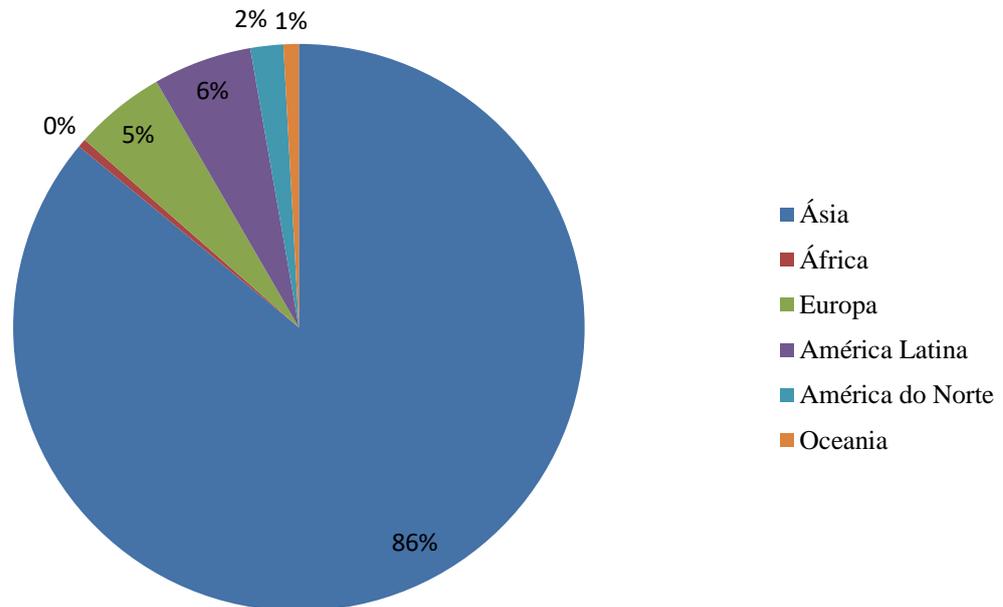


Fonte: Wolf (2018) dentro de Pinto (2011, p.56)

3.1 DISTRIBUIÇÃO REGIONAL E MOTIVAÇÕES

O investimento estrangeiro direto chinês apresenta um perfil bastante específico. Há uma concentração nos países asiáticos, como é possível verificar no Figura abaixo (Figura 5), o que é compatível com a abordagem das cadeias produtivas regionais, largamente explorada pela literatura (DAVIES, 2013; SAUVANT, CHEN, 2014; NOGUEIRA e HAFFNER, 2016).

Figura 5 - Regiões de destino do IED chinês, 2020 (US\$ 10000)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do *National Bureau of Statistics of China*.

De acordo com os dados do *National Bureau of Statistics of China*, no que tange à distribuição regional do investimento estrangeiro direto chinês, é notório as grandes concentrações na Ásia. Todavia, é relevante destacar que devido ao órgão ser subordinado ao Conselho de Estado da República Popular da China, são contabilizadas as inversões destinadas a Hong Kong e Macau, diferentemente dos dados da UNCTAD. Em 2020, aproximadamente 85% do IED destinado à região asiática foi direcionado à Hong Kong e 1,77% à Macau, mas sabe-se que grande parte desse capital é fictício e retorna à China ou é direcionado à outra região. Assim, as inversões reais do dragão asiático para a sua região vizinha foram apenas aproximadamente 13,23%.

Esse alto investimento direcionado à Hong Kong pode ser justificado em razão do papel desempenhado pela região administrativa, que funciona como uma plataforma para as empresas levantarem fundos para suas atividades domésticas e para projetos no exterior. Outrossim, a sua tradição comercial e sua economia liberal fazem com quem as firmas chinesas a vejam como uma ponte para o restante do mundo na tentativa de suprir a falta de experiência no trato internacional decorrentes de décadas de fechamento e controle econômico (VALLIM, 2012).

Contudo, a Ásia ainda é a região de maior destino do IED chinês, principalmente devido ao ambiente receptivo aos seus investimentos e à importância estratégica da região,

mas também em busca de mercado consumidor. Assim, apesar da heterogeneidade da região, os países da ASEAN40, por exemplo, recebem investimentos chineses por variadas motivações: Myanmar e Indonésia para ter acesso a recursos naturais; Cingapura por causa das vantagens logísticas, das instituições legais e financeiras e devido a proximidade cultural; Vietnã e Camboja em busca de menores custos (VALLIM, 2012).

Ademais, em 2020, a América Latina e a Europa ocuparam o segundo lugar e terceiro de destino das inversões chinesas respectivamente, totalizando 6% e 5% do total, aproximadamente. Entretanto, pode-se considerar que o continente europeu totaliza mais investimentos do que a região latino-americana em números reais, visto que grande parte do montante destinado a esta é direcionado aos considerados paraísos fiscais: as Ilhas Cayman e as Ilhas Virgens Britânicas. A primeira correspondeu a 34,4% das inversões chinesas na região no ano de 2020 e a segunda correspondeu a 64,6%. Entretanto, sabe-se que as inversões para estes países não são capitais produtivos, mas especulativos e, por isso, não devem ser contabilizadas. Em relação ao capital investido de fato, a principal motivação é a busca por recursos naturais, especialmente petróleo e mineração, visando suprimento de insumos básicos e de energia, a fim de garantir a sustentação do acelerado crescimento econômico do país (VALLIM, 2012).

Na Europa, em 2019, segundo os dados do *National Bureau of Statistics of China*, o investimento estrangeiro direto obteve uma queda de 28% em relação ao ano anterior. Essa redução foi aplicada principalmente nos países que são tradicionalmente os principais destinos das inversões da China: Reino Unido, Alemanha, França e Luxemburgo. Esses foram responsáveis por 70,8% do IED chinês na região no ano de 2018 e, em 2019, somente por 45%, número que se manteve em redução no ano de 2020, caindo para 41,14%. Em oposição, outros países obtiveram destaque pelo aumento dos investimentos chineses, tais quais: Irlanda, Países Baixos, Áustria e Suécia. Esses, que em 2018 eram responsáveis por apenas 15,5% dos investimentos na região, passaram a ser o destino de 38,7% do IED chinês em 2019, e de 40,6% em 2020. Todavia, é importante destacar que tanto os Países Baixos quanto a Suécia são nações que oferecem mais facilidades e benefícios em termos fiscais.

Essa mudança no espectro de países destinatários mostra uma busca da China pela diversificação e pelos paraísos fiscais para reinvestimento. Outro fator relevante para essa mudança é a preocupação europeia sobre as implicações em longo prazo da aquisição de firmas de tecnologia pela China, como a empresa de robótica Kuka, por exemplo. Desta forma, os países centrais do bloco estão sendo mais cautelosos sobre as inversões chinesas,

diferentemente dos países do Sul, do Leste e da Europa Central (MEUNIER, 2019; JUNQUEIRA, 2020).

Junqueira (2020) aponta três motivos essenciais para a China investir nos países do bloco: o acesso ao mercado consumidor, a redes de distribuição e compra de bens estratégicos, visando obter novas tecnologias. Ademais, há uma propensão em investir nos setores em que cada país é mais competitivo.

Ao analisar a América do Norte e a Oceania, as regiões onde apresentaram reduções do IED chinês nos últimos 3 anos. Na primeira região o principal destinatário manteve-se como os Estados Unidos, enquanto na segunda foram a Austrália e a Samoa, sendo este último também considerado um paraíso fiscal. Em geral, nos países desenvolvidos de ambas as regiões, a motivação das inversões chinesas foram a busca por tecnologia e *know-how*.

Já o continente africano, apesar de seguir uma trajetória decrescente de 2016 até 2019 e ter perdido espaço no que tange às inversões chinesas, de 2019 para 2020 houve um relativo aumento, mas a porcentagem em relação ao total ainda é considerada baixa. Na região, os destinatários com investimentos chineses significativos foram somente as Ilhas Seychelles e as Ilhas Maurício, ambas consideradas paraísos fiscais. Ao considerar os investimentos de fato, a motivação para o IED na região decorre da sua condição estratégica de supridor de diversos produtos primários. Assim, o país possui investimentos diretos em praticamente todos os países da região, com destaque para a Argélia, Congo, África do Sul, Nigéria, Sudão, Zâmbia e Angola (VALLIM, 2012).

Desta forma, mesmo estando presente em todos os continentes, as inversões chinesas possuem uma propensão em se concentrar em poucas economias em cada região. Para Santo (2018), aproximadamente 75% do IED acumulado em cada continente se concentra em menos de cinco países, o que ocorre devido aos investimentos em paraísos fiscais, inversões em indústrias extrativas e fusões e aquisições empresariais.

3.2 DISTRIBUIÇÃO SETORIAL

Para Souza (2011), junto da expansão dos fluxos de investimentos chineses, os quais foram impulsionados em decorrência da relativa escassez de recursos naturais no país, há dois movimentos que caracterizaram os fluxos de IED da China: a concentração de investimentos nos setores de serviços e primário; e em regiões com abundância em recursos naturais e/ou centros financeiros importantes. Para ambos, as saídas das inversões chinesas são estimuladas pela necessidade do país de adquirir ativos estratégicos, como tecnologias avançadas e

habilidades gerenciais. Ademais, figuram como motivações adicionais o desejo de garantir um fornecimento de recursos primários visando o crescimento doméstico, a grande disponibilidade de divisas do país e a promoção de políticas públicas de incentivo às empresas estatais (SANTO, 2018).

Essa característica dos fluxos de IED permite afirmar que as inversões chinesas não obedecem a uma lógica pura e simples de mercado, mas é estabelecida e direcionada por um planejamento estatal que leva em consideração múltiplos fatores na execução de seus investimentos no mundo. Nesse sentido, as empresas chinesas tiveram uma internacionalização baseada não apenas em questões microeconômicas ou comerciais, mas também em questões estratégicas do Estado chinês, as quais estão relacionadas à continuidade do processo de industrialização, à pressão do aumento das reservas cambiais sobre a valorização do câmbio e até mesmo por objetivos geopolíticos (SOUZA, 2011; VALLIM, 2012).

Segundo dados do *National Bureau of Statistics of China* (Tabela 1), em relação aos setores de destino do IED chinês verifica-se grande concentração em alguns específicos, tais quais: manufatura; informação e informática; leasing e serviços empresariais; e pesquisa científica. Em relação ao primeiro, Nogueira e Haffner (2016) afirmam que a motivação está centrada, principalmente, na busca de mercados consumidores com contorno de barreiras comerciais. Entretanto, com o aumento constante dos custos domésticos na China, surge uma demanda por eficiência, na qual há uma transferência de plantas produtivas, além de uma demanda por ativos estratégicos, que ocorrem através da incorporação de tecnologia (SANTO, 2018).

Tabela 1 - Setores de destino do IED chinês (USD 10000)

Setor/ Indústria	2019	2020
Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	56183	57567
Mineração	219044	66394
Manufatura	3537022	3099695
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	352398	311375
Construção	121551	181887
Transporte, armazenamento e postagem	453316	499859
Transmissão de informação, serviços de informática e software	1468232	1643102
Comércio no atacado e varejo	904982	1184445
Serviços de hotelaria e restauração	97180	82415
Intermediação financeira	713206	648240
Bens imóveis	2347188	2033057
Leasing e serviços empresariais	2207283	2656159
Pesquisa Científica, Serviço Técnico e Prospecção Geológica	1116831	1793997
Gestão de conservação da água, instalações públicas ambientais	52242	56758
Serviços para domicílios e outros serviços	54218	30766
Educação	22248	28061
Saúde, segurança social e previdência social	27186	23547
Cultura, esportes e entretenimento	62986	39602
Gestão pública e organizações sociais	166	-
Organizações internacionais	-	-

Fonte: Elaboração própria com base em dados do *National Bureau of Statistics of China*.

A mineração, apesar de não estar entre os setores de destaque, é a parte do setor primário que sempre atraiu certa atenção do dragão asiático, tendo certo destaque até 2010, devido à tentativa de garantir fontes seguras de suprimentos para abastecer as necessidades da máquina produtiva chinesa. Para esse abastecimento, a América Latina tem cumprido um importante papel mediante o fornecimento de petróleo venezuelano, minério de ferro brasileiro, cobre chileno e peruano e soja brasileira e argentina, para citar os principais. Portanto, os vinte anos de crescimento acelerado chinês, baseado em exportações, industrialização e urbanização fizeram do país um demandante ávido de matérias primas, para as quais os excedentes de capital são destinados. Ou seja, a presença do IED chinês na mineração se justifica pela sua

alta demanda por recursos naturais em razão da escassez natural do país neste aspecto (CHEN; PÉREZ-LUDEÑA, 2014; NOGUEIRA e HAFFNER, 2016; SANTO, 2018).

Já a participação do IED chinês no setor de leasing e serviços empresariais não se deve, em sua totalidade, aos investimentos realizados de fato na área, mas também devido ao processo de internacionalização das empresas. Essas estabelecem holdings em paraísos fiscais, locais onde o rastreamento do destino final dos recursos fica comprometido. Todavia, há outra parte das inversões chinesas que são realmente capitais para investimento. Nesse caso, em razão da grande integração econômica e comercial entre a China e o restante do mundo, muitas empresas se estabelecem no exterior visando oferecer serviços de suporte às próprias firmas chinesas, assim como auxiliar o ingresso de companhias estrangeiras no mercado chinês (VALLIM, 2012).

Quanto aos IEDs destinados à pesquisa científica, informação e serviços de informática, é nítida a intenção de capturar as externalidades criadas por conglomerados tecnológicos em diversos países, principalmente nos desenvolvidos, visando tornar-se cada vez mais competitivo no mercado mundial. Segundo Zhang (2010), há um total de 88 centros de P&D chineses ao redor do mundo. Destes, 32 são estabelecidos na Europa, 31 nos EUA, 16 na Coreia do Sul e Japão e 9 em outros países. Como exemplo, é possível destacar os investimentos da firma Huawei em instalações de P&D na Suécia, voltadas para tecnologias da informação e telecomunicação (VALLIM, 2012).

Portanto, é clara a presença chinesa em todos os continentes e em diversos setores através do investimento estrangeiro direto. De maneira geral, as suas motivações incluem a busca por recursos, a busca por mercado, a busca por eficiência e a busca por ativos estratégicos, diferenciando apenas a região em que se aplicam (SANTO, 2018).

4 O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NA AMÉRICA LATINA

O presente capítulo busca apresentar as principais características das inversões estrangeiras na América Latina, especificamente dos investimentos chineses. Para isso, a primeira parte do capítulo irá discorrer sobre o histórico do IED na região e suas mudanças, os principais investidores, os setores de destino e as motivações, além de entender como a entrada de investimentos foi afetada pela pandemia causada pelo coronavírus. Ademais, na segunda parte do capítulo, são apresentadas as características detalhadas das inversões chinesas nos países latino-americanos a partir dos anos 2000 e verificadas as modificações realizadas neste período, seja em termos quantitativos ou setoriais e, então, busca-se entender as suas causas.

4.1 O IED NA AMÉRICA LATINA: HISTÓRICO E TENDÊNCIAS RECENTES

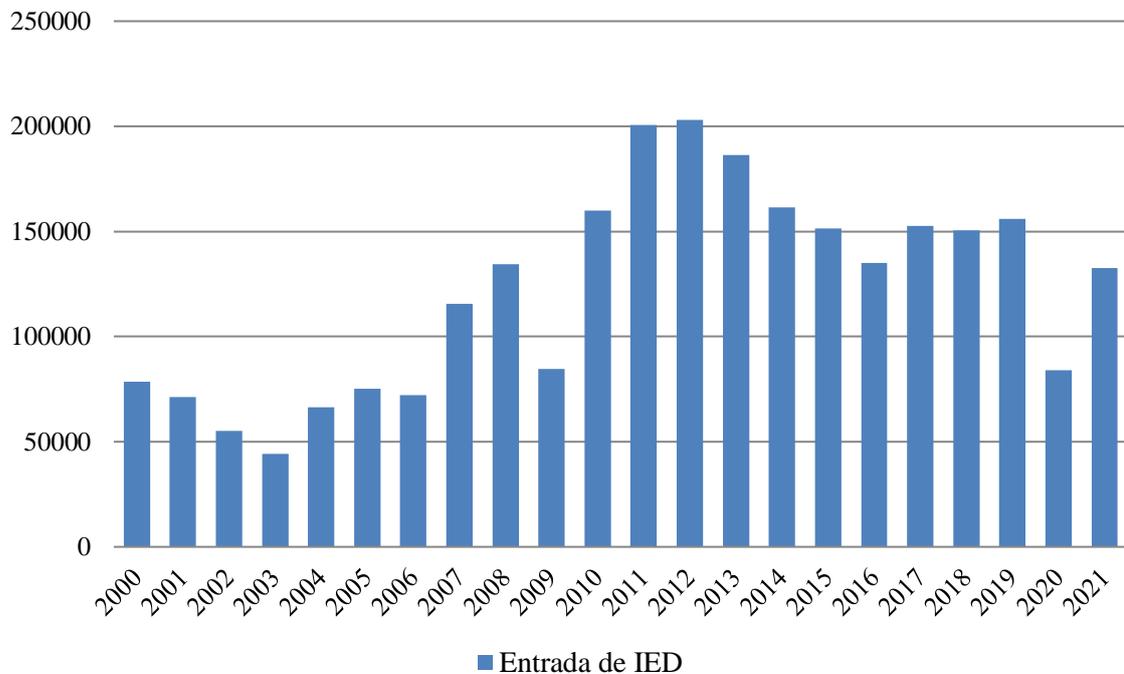
É frequente o fato de que os países em desenvolvimento tendem a visualizar os investimentos estrangeiros como um canal de oportunidade tanto para a transferência de tecnologias quanto para de *know-how* gerencial, além de para conseguirem acesso aos mercados estrangeiros. Outro fator relevante nessa visão é o fato de que o IED tende a ser mais estável que os investimentos em ações e títulos visto que, geralmente, há o estabelecimento de subsidiárias estrangeiras no país receptor em função dos contratos de longo prazo ou a aquisição de firmas existente através de fusões internacionais (RAMIREZ, 2010; SANTO, 2018).

Contudo, isso não foi observado na América Latina durante os anos de 1950, 1960 e 1970 em razão das políticas protecionistas, somente passando a vigorar na região após os anos de 1980, como uma resposta às crises do petróleo e da dívida. Nesse momento, os países latino-americanos colocaram em prática as políticas de liberalização, o que fez com que os fluxos de inversões mantivessem certo crescimento até o final do século XX (WILLIAMS, 2015; SANTO, 2018).

Posteriormente, até 2004, os fluxos de IED sofreram uma retração devido à crise russa (Figura 6) e, então, voltaram a crescer até a crise financeira mundial em 2008, se recuperando rapidamente já em 2010. Desta forma, apesar dos momentos de queda em razão de eventos internacionais, as inversões para a América Latina tenderam a apresentar um crescimento importante até 2012, principalmente em razão dos altos preços das *commodities* e da região se

apresentar como uma peça chave nas estratégias de crescimento dos países investidores (SANTO, 2018; ROSENTHAL, 2020).

Figura 6 - Fluxo de IED na América Latina, 2000-2021 (milhões de dólares correntes)



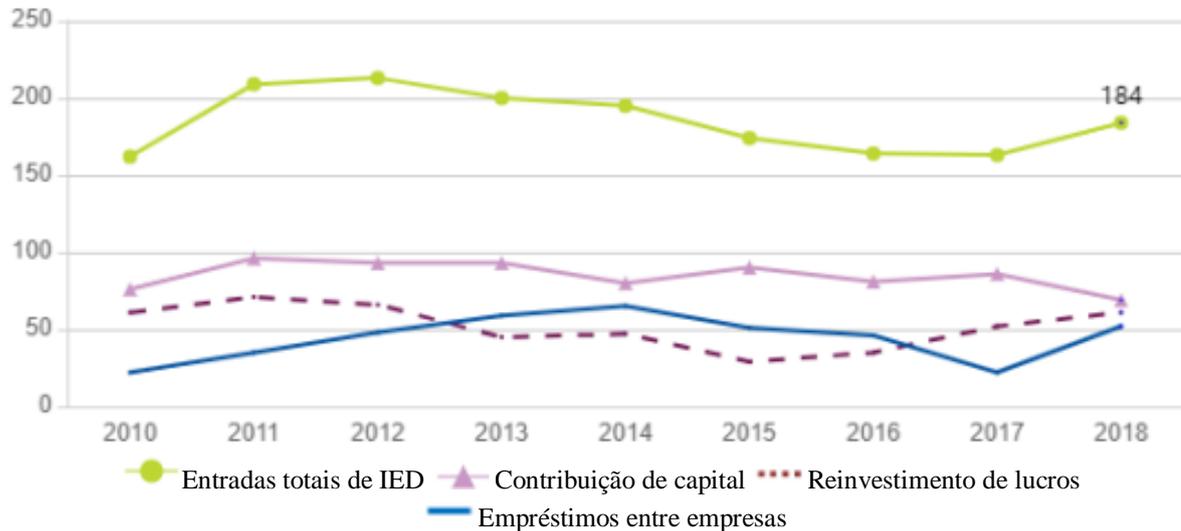
Fonte: Elaboração própria com base em dados da UNCTAD

Contudo, é visto que os fluxos de IED sofreram uma redução no ano de 2012 até 2016. Isso ocorreu em virtude da desaceleração econômica da região, evidenciada pela retração do PIB, e devido ao fim do *boom* do preço das *commodities*. Para Santo (2018), essa queda na entrada de inversões na América Latina foi acompanhada pelo decréscimo de investimentos em países em desenvolvimento de maneira generalizada, uma vez que houve um acréscimo nos países desenvolvidos e nos países em transição. Essa movimentação mundial dos fluxos de IED é, em grande parte, consequência da rápida transição tecnológica e maior pressão competitiva, que fazem com que as firmas se voltem aos mercados mais intensivos em tecnologia e capital (ECLAC, 2017; SANTO, 2018).

Posteriormente, apesar dos fluxos globais de investimentos apresentarem uma queda no período entre 2016 a 2018, o continente latino-americano seguiu o sentido contrário, mesmo que com um crescimento modesto. Esta evolução, porém, tendeu a se concentrar em poucos países, principalmente Brasil e México. Outrossim, esse aumento não compreendeu somente um crescimento na contribuição de capital ao continente, mas maiores entradas de

empréstimos entre empresas e, em menor medida reinvestimento de lucros (Figura 7) (CEPAL, 2019).

Figura 7 - América Latina e Caribe: entradas de investimento direto estrangeiro, por componente, 2010-2018



Fonte: CEPAL (2019) dentro de Souza (2019, p. 7)

Em 2019, as entradas de IED na região latino-americana alcançaram seu máximo valor desde 2012. Essa queda quase ininterrupta nesse intervalo de tempo evidenciou a relação que existe na região entre os fluxos de IED, o ciclo macroeconômico e os ciclos de preços das matérias-primas, principalmente nos países da América do Sul. Neste ano, os cinco países que receberam as maiores inversões foram: Brasil (42% do total), México (22%), Chile (9,8%), Colômbia (9%) e Peru (4%). É possível verificar uma forte concentração de investimentos na região, visto que os quatro primeiros países são as principais economias da América Latina e concentraram aproximadamente 84% de todas as inversões realizadas. Além disso, somente nove países tiveram aumento em relação ao ano anterior, sendo este não muito significativo (CEPAL, 2020).

Em relação à origem dessas inversões, grande parte adveio dos Estados Unidos e da Europa, sendo que este possui maior presença no Cone Sul e aquele na América Central e no México. Contudo, os dados oficiais de IED são contabilizados a partir da origem imediata do capital e há muitas inversões que são realizadas através de outros países, como os paraísos fiscais, por exemplo, não sendo possível identificá-las nas contas nacionais. Esse fato é particularmente relevante no caso dos investimentos chineses, que normalmente são sub-representados nas estatísticas oficiais de entradas de IED por origem (CEPAL, 2019).

No ano de 2020, a pandemia da doença causada pelo coronavírus (COVID-19) teve um forte efeito negativo nos investimentos das empresas transnacionais, sendo o menor número de inversões na América Latina desde 2006. Alcançou-se o valor mais baixo da última década e a queda anual totalizou 46,1%, superando a de 2009, quando as entradas diminuiram 37,1% devido à crise financeira internacional. Este cenário prolongou-se por toda a região, já que apenas dois países receberam mais inversões em 2020 do que em 2019: Equador e Nicarágua. Entretanto, destaca-se já uma certa recuperação dos investimentos em 2021, apesar da continuidade da pandemia.

Segundo o relatório publicado pela CEPAL no final de 2021, os setores mais afetados pela redução do IED em 2020 durante a pandemia foram os seguintes: recursos naturais, com uma queda de 47,9% em relação a 2019; manufatureiro, reduzindo 37,8% em relação ao mesmo ano; e serviços, com uma diminuição de apenas 11,0% e centralizando metade das inversões destinadas à região. De maneira geral, não há uma padronização quanto aos setores de investimento na América Latina, mas o de recursos naturais vem sofrendo reduções desde o fim do *boom* nos preços das *commodities* até 2016, ao contrário do manufatureiros e de serviços que ganharam certa relevância no período. A partir de 2016, o primeiro teve certa recuperação e os investimentos no setor voltaram a subir, enquanto os outros dois voltaram a decair em virtude do baixo desenvolvimento da indústria automotiva no Brasil e no México.

Entretanto, destaca-se que no caso chinês, há um foco na aquisição de empresas de indústrias extrativas e da agroindústria, geração de energia, serviços básicos (eletricidade, gás e água) e infraestrutura. Já a Europa e os Estados Unidos, além destes mesmos setores, também investem em altas tecnologias, tais quais: internet, software e telecomunicações. Ademais, é relevante destacar que o setor de energia renovável vem ganhando força desde que se consolidou como uma fonte estável na matriz energética de alguns países, atraindo a maioria dos investimentos *greenfield* na América Latina e Caribe (CEPAL, 2019; CEPAL, 2021).

Portanto, verificou-se nessa seção que as contribuições do IED na região são relevantes como fonte de novos capitais, para a expansão de atividades exportadoras e para o desenvolvimento da indústria automotiva, farmacêutica, de dispositivos médicos, de telecomunicações e alguns segmentos da economia digital. Entretanto, tais inversões devem servir como complemento do investimento nacional e não como base para o desenvolvimento da região, visto que há uma tendência de redução nos investimentos estrangeiros na América Latina, principalmente devido ao fim do *boom* das *commodities* e à desaceleração econômica de diversos países. Ademais, esse processo também foi acelerado por outros fatores políticos e

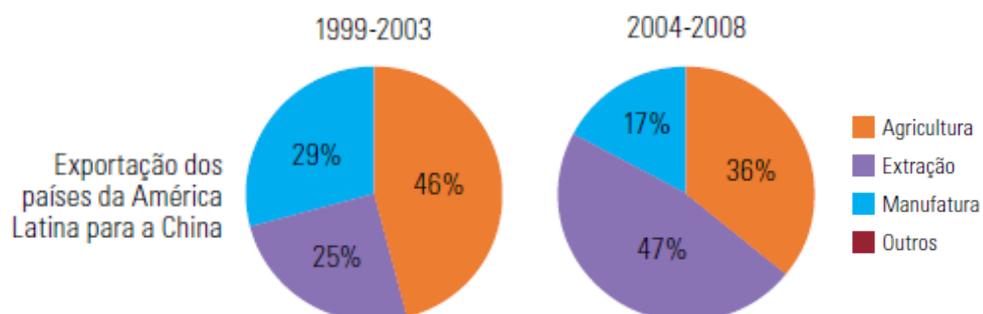
econômicos internacionais, além de pela crise sanitária mundial causada pela pandemia de COVID-19. Assim, é importante recuperar o papel das políticas industriais como instrumento de transformação da estrutura produtiva.

4.2 O IED CHINÊS NA AMÉRICA LATINA: ANÁLISE A PARTIR DOS ANOS 2000

Em relação à presença chinesa na América do Sul, pode-se dizer que esta se efetivou com maior relevância após 2001, pois as relações comerciais e diplomáticas tornaram-se mais aprofundadas devido à adesão da China à OMC. No mesmo ano, uma visita do Ministro de Relações Exteriores chinês ao Chile já começou a deixar claras as intenções chinesas de fortalecer as trocas inter-regionais e a cooperação Sul-Sul, o que fez com que a América do sul virasse uma das principais regiões receptoras de inversões chinesas posteriormente (TSAI e LIU, 2012; RODRIGUES e HENDLER, 2018).

No entanto, ainda nesse início de século, enquanto a China foi aprimorando sua produção manufatureira, a América Latina teve um foco na exportação de produtos intensivos em recursos naturais e em manufaturados de baixo valor agregado. Desta forma, essa primeira aproximação da China foi norteada principalmente pela sua busca pela segurança energética através da compra de *commodities* (Figura 8), além da busca por um mercado consumidor considerável e por apoio para impulsionar agendas estratégicas em instituições internacionais. Esse interesse chinês no setor de recursos naturais, mais notadamente em petróleo e mineração, se dá em razão da busca por suprimento de insumos básicos e de energia, a fim de garantir a sustentação do acelerado crescimento econômico do país (BARBOSA, 2011; VALLIM, 2012; WOLF, 2018).

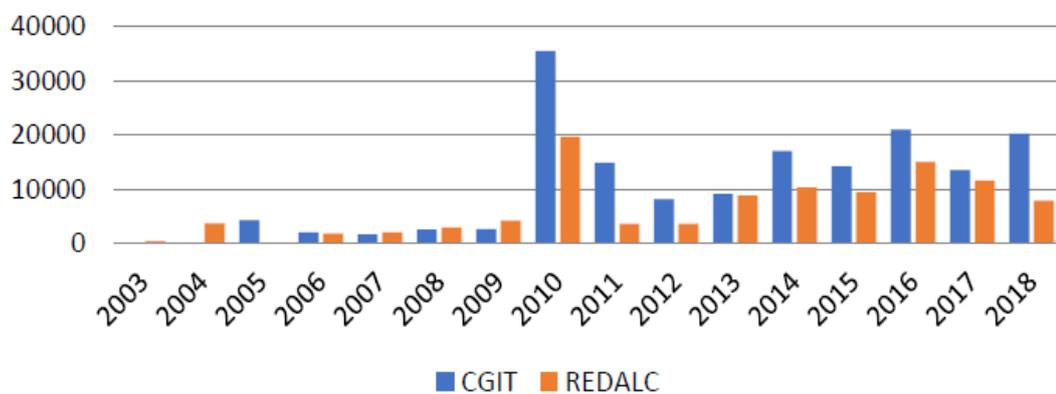
Figura 8 - Composição da pauta exportadora da América Latina para China por setor



Fonte: Rodrigues e Hendler (2018, p. 17)

Outrossim, apesar do início da aproximação sino-americana ter sido em 2001, é possível afirmar que até 2004 não havia uma quantidade considerável de investimentos na região (Figura 9). Foi neste ano que o anúncio de 30 bilhões de dólares em novos investimentos em infraestrutura com contratos de longo prazo tornaram a China um investidor na América Latina. Contudo, é relevante destacar que a presença chinesa ainda se manteve modesta até 2009, representando apenas 2% do total dos investimentos e restrita a *joint ventures* de firmas estatais chinesas em setores de extração (PÉREZ-LUDEÑA, 2017; SANTO, 2018; WOLF, 2018).

Figura 9 - Fluxo de investimentos chineses para a América Latina, 2003-2018 (em US\$ milhões)



Fonte: Junqueira (2020, p.72) com base nos dados da CGIT e REDALC.

Esse crescimento das relações comerciais desde o início do século XXI fez com que, em 2008, o governo chinês publicasse o primeiro “Livro Branco da China para a América Latina”. Nele foi apresentada as bases consideradas essenciais das relações com a região e, a partir desse momento, as inversões se tornaram mais robustas, principalmente na América do Sul. Em 2010, por exemplo, o IED chinês para a América Latina passou a representar 15% do total, alavancado principalmente pelas aquisições das estatais no setor petrolífero (CHINA, 2016; RODRIGUES e HENDLER, 2018; SANTO, 2018).

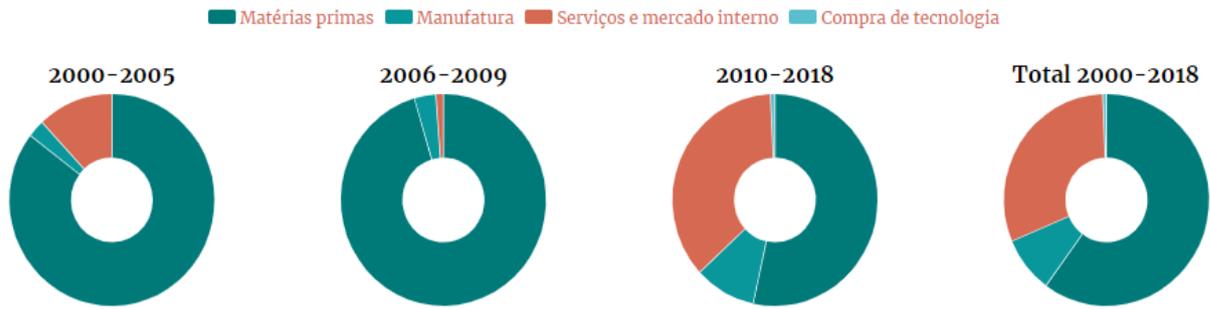
Grande parte desse aumento do IED chinês está relacionado com a crise financeira mundial de 2008, na qual houve uma perda do dinamismo econômico nos países desenvolvidos, fazendo com que o interesse pelos países emergentes aumentasse devido à busca por mercados consumidores e por ativos de empresas locais. Nesse contexto, os BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul) se apresentaram como importantes regiões de destino para as inversões mundiais e, de certa forma, desafiaram a posição dominante dos EUA, Europa e Japão. Em 2008, por exemplo, os cinco países do grupo chegaram a representar

juntos quase 30% do produto interno bruto (PIB) mundial, conforme dados da UNCTAD. Além disso, no caso do Brasil, há outros dois fatores que atraíram os chineses: a crise no país, pois os ativos se tornaram mais baratos e a moeda se desvalorizou; o papel que o Brasil poderia desempenhar como plataforma produtiva, o que facilitaria as relações com os demais países ao redor (SOUZA, 2017; WOLF, 2019).

A partir de 2013, com a queda nos preços das *commodities*, diversos países latino-americanos buscaram oportunidades estratégicas para estreitar a cooperação produtiva com a China, que viu como uma oportunidade para promover iniciativas para um movimento planejado de aprofundamento das relações econômicas com o continente. Esse movimento decorreu de um ajuste da estratégia *Going global* visando atender aos objetivos nacionais em seu novo padrão de crescimento, com maior foco em consumo, crescimento do setor de serviços e investimentos em inovação. Nesta nova fase, a China buscou avançar nas cadeias de valor e expandir a participação de suas firmas no exterior, focando em uma internacionalização baseada em IED e financiamento a projetos de infraestrutura. Sendo assim, começaram a ser postas em práticas ações que combinavam cooperação financeira e cultural. Esta relacionada à redução de barreiras à consolidação dos laços econômicos almejados e ao aumento da influência internacional pretendida; aquela à realização de investimentos em infraestruturas básicas e de logística de comércio exterior (NOGUEIRA e HAFFNER, 2016; LIBÂNIO, 2018).

Assim, apesar das indústrias extrativistas ainda somarem um montante mais significativo, é notável que o IED chinês sofreu uma transformação em direção à diversificação (Figura 10), na qual a indústria manufatureira e o setor de serviços ganharam certa relevância. Em relação a primeira, seu aumento decorreu devido ao desenvolvimento indústria automotiva, que se concentra principalmente no Brasil, México e Argentina. Já o segundo está intimamente ligada à tentativa de facilitar o escoamento de produtos de interesse chinês, podendo ser através de três tipos: aquisição de bens já existentes; contratos de construção e engenharia; ou empréstimos de bancos chineses aos governos para a construção de projetos específicos, condicionados pelo uso de firmas chinesas. Assim, de certa forma, os investimentos no setor de serviços englobam áreas desde a geração de energia até finanças e transporte (GRANSOW, 2015; JUNQUEIRA, 2020).

Figura 10 - IED da China por setor (2000-2018)

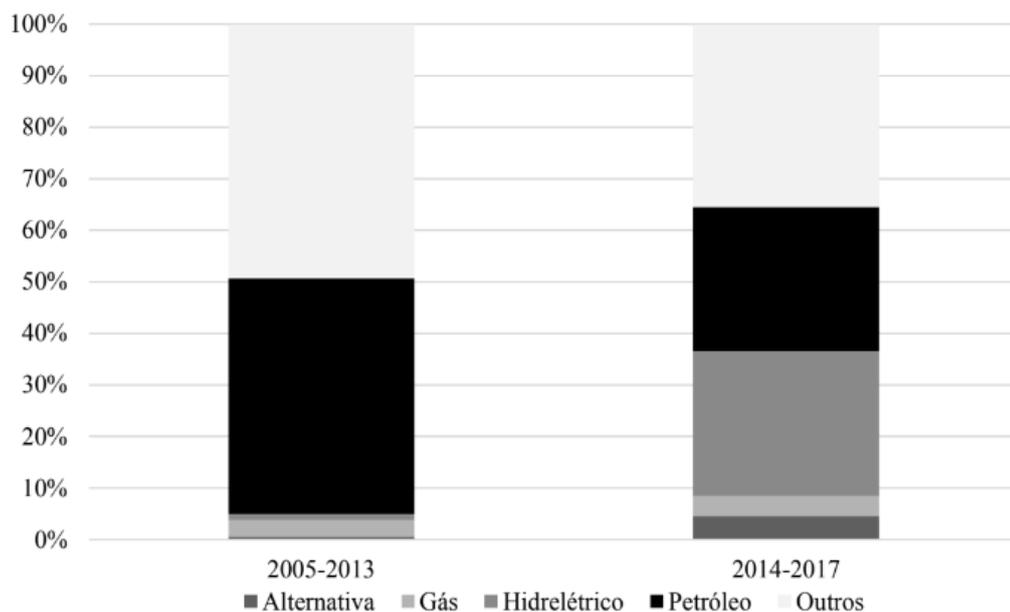


Fonte: Cuéllar e Bauer (2019) com base nos dados da REDALC.

Apesar dos investimentos chineses na América Latina serem centralizados nesses setores, é possível verificar um crescente interesse da China nos setores intensivos em tecnologia. Em 2018, por exemplo, a empresa chinesa Didi Chuxing, plataforma que oferece transporte por aplicativo, adquiriu a brasileira 99 Taxis, um movimento na estratégia de expansão na região dessa firma chinesa que se afasta do enfoque setorial tradicional (CEPAL, 2019).

Além disso, ressalta-se a mudança na pauta das inversões chinesas no setor de energia (Figura 10), que até 2013 era dominado pela extração de petróleo e gás, totalizando 49%, mas que, de 2013 até 2017, reduziu para 32%. Em sentido contrário foram os investimentos direcionados à área de energia hidrelétrica, que aumentou de 1% para 28% no mesmo intervalo de tempo (SANTO, 2018).

Figura 11 - IED chinês na América Latina e Caribe, setor de energia



Fonte: Santo (2018, p.75) com base nos dados de *American Enterprise Institute*

Houve também outra mudança relacionada ao padrão dos investimentos nessa primeira década dos anos 2000: o ingresso, que antes ocorria em sua maioria via *greenfields*, passa agora a ocorrer via fusões e aquisições. Segundo Wolf (2019), nessa nova fase de investimentos chineses, as fusões/aquisições minimizam os riscos, visto que é mais fácil contornar dificuldades burocráticas e não há a criação de uma desconfiança no mercado em questão.

Desta forma, ao analisar os dados relacionados a essas operações realizadas pelas firmas chinesas em 2018, observa-se que os investimentos foram direcionados aos setores de infraestrutura e de mineração na América Latina. Entretanto, houve certa redução nos valores investidos em relação ao ano anterior: em 2017, a participação de empresas chinesas no montante total das fusões e aquisições foi de 39%, enquanto em 2018 foi apenas 20% (CEPAL, 2019).

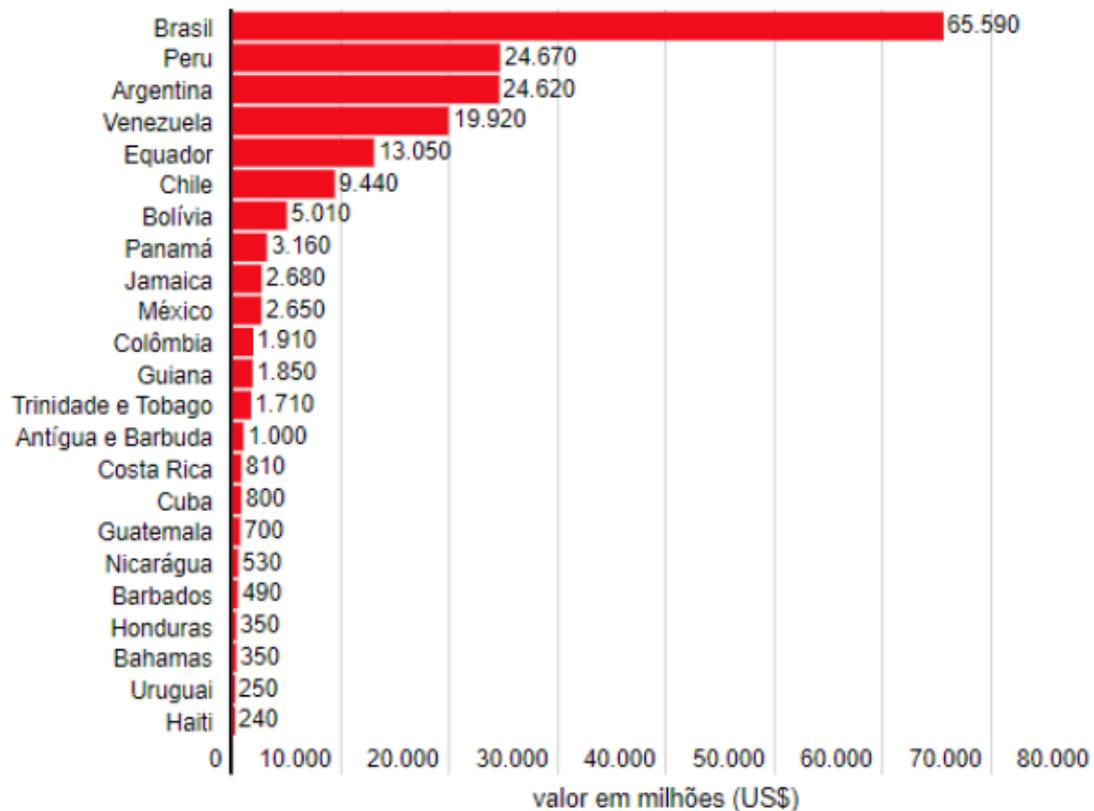
Portanto, a partir do que foi analisado nesta seção infere-se que os fluxos de entrada do IED chinês na região ainda possuem forte concentração em relação aos setores de destino. Entretanto, devido a algumas características próprias de cada país, há uma sinalização à diversificação setorial desses investimentos, devido também a um maior conhecimento sobre o ambiente de negócios latino-americano e o comprometimento de Pequim com a região.

4.2.1 Distribuição regional do IED chinês na América Latina

Primeiramente, é relevante destacar nesta seção que, visando analisar a distribuição do IED chinês pelos países latino-americanos, não foram considerados os dados do *National Bureau of Statistics of China*, pois esta base de dados contabiliza os investimentos de acordo com o seu primeiro destino, que no caso chinês são, em sua maioria, paraísos fiscais. Assim, será utilizado a base de dados do *American Enterprise Institute* e trabalhos já consolidados sobre o tema para tornar a análise possível.

Outrossim, como visto acima, o investimento estrangeiro direto chinês apresenta uma centralidade em relação aos setores de destino. Contudo, o relacionamento com os países latino-americanos varia de acordo com a potencialidade de cada um. Assim, as inversões chinesas tendem também a sofrer certa concentração, principalmente em torno do Brasil, Peru e Argentina (Figura 12), sendo o primeiro o destino com maior volume de IED chinês da região.

Figura 12 - Estoque dos investimentos chineses na América Latina (2005-2018)



Fonte: Souza (2019, p. 10) com base nos dados do AEI e CGIT

Segundo Barbosa (2011), tanto o Brasil quanto a Argentina são “economias industriais sem Tratado de Livre Comércio (TLC) e exportadoras de *commodities*”. Assim, ambos se beneficiam com a exportação de recursos primários, mas o nível de diversificação produtiva faz com que eles sofram pressão e concorrência chinesa no setor industrial de maior valor agregado. Assim, ambas as relações mantêm o padrão definido no início do século: a pauta exportadora dos latino-americanos para a China é concentrada em produtos primários e manufaturas baseadas em recursos naturais, assim como a direção das inversões chinesas; e as exportações chinesas para o Brasil são concentradas em manufaturas (BARBOSA, 2011; LIBÂNIO, 2018; WOLF, 2018; WOLF, 2019).

Em relação às relações Brasil-China, destaca-se que, desde a crise de 2008, elas deixaram de ser caracterizadas somente por um intenso fluxo comercial e passaram a ser caracterizadas pelo aumento dos investimentos diretos chineses no país. Com consequência, desde 2009 a China é o principal parceiro comercial do Brasil e, entre 2009 e 2017, foi o destino de aproximadamente 50% das inversões na região (Tabela 2).

Tabela 2 - Países de destino do IED chinês na América Latina e Caribe (porcentagem e total em bilhões de US\$)*

País	2004-2009**	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Acumulado
Brasil	8,1	55,0	65,8	50,9	39,7	15,2	83,2	74,6	68,8	50,1
Peru	42,1	9,9	-	-	39,5	44,3	-	-	22,2	18,3
Argentina	-	26,0	23,8	-	1,6	-	7,8	1,7	8,2	10,2
Equador	12,8	5,0	-	-	-	32,0	-	-	-	7,1
Venezuela	-	3,6	1,7	10,2	19,2	-	-	8,7	-	4,0
Chile	22,1	-	-	4,7	-	-	-	1,2	-	2,6
México	2,8	-	-	-	-	3,8	2,6	6,6	0,8	2,1
Colômbia	3,9	-	-	24,3	-	-	-	-	-	1,3
Caribe	8,3	0,6	8,7	-	-	4,7	6,5	1,8	-	3,1
Outros	-	-	-	9,9	-	-	-	5,4	-	1,2
Total	\$11,1	\$25,2	\$11,7	\$4,1	\$7,3	\$15,7	\$3,8	\$16,8	\$13,0	\$108,9

Fonte: Santo (2018, p.77) com base nos dados do *American Enterprise Institute*.

Notas:

* Os valores percentuais são relativos aos valores totais em US\$

** Acumulado para o período

Conforme o relatório Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) (2017, p.7-10), as entradas de IED chinês no Brasil pode ser classificadas em cinco momentos: quando a China priorizou investimentos em commodities; quando as empresas chinesas buscaram novas oportunidades na área industrial, procurando aproveitar o mercado interno brasileiro; quando bancos chineses se estabeleceram ou adquiriram participação acionária em bancos já em operação no Brasil; quando empresas chinesas investiram valores consideráveis no setor de produção e transmissão de energia elétrica; e quando as firmas chinesas começaram a participar em processos de licitação de infraestrutura. Assim, apesar da concentração setorial, o Brasil apresenta certa variedade de setores disponíveis para o investimento chinês. Portanto, mesmo quando há escassez de recursos externos, é possível visualizar uma estratégia de longo prazo da China para o Brasil (AVENDANO, R.; MELGUIZO, A.; MINER, S., 2017; SANTO, 2018).

Já no tocante às relações Argentina-China, o país latino-americano é o terceiro principal destino dos investimentos na região (Tabela 2) e o dragão asiático se apresenta como seu segundo maior parceiro, mas com valores de exportação e importação crescentes. Assim, como no relacionamento Brasil-China, as inversões chinesas são variadas, mas com o predomínio do setor de energia (SANTO, 2018; WOLF, 2018; WOLF, 2019).

Peru, Chile e Venezuela são classificados por Barbosa (2011) como “países exportadores de *commodities* ‘chinesas’ com reduzido parques industriais”, que geralmente tiveram suas economias alavancadas devido às exportações de minérios e derivados. O primeiro despontou como receptor de IED chinês juntamente ao Brasil e México até o ano de 2002 e, desde então, vem aprofundando suas relações com o dragão asiático e chegou a se tornar o segundo país que mais recebeu capital chinês na região entre 2009 e 2017 (Tabela 2). Contudo, há uma alta concentração nas indústrias extrativas de cobre e aço, apesar de recentes aquisições no setor de energia (PÉREZ-LUDEÑA, 2017; SANTO, 2018; WOLF, 2018).

O México está incluído nas “economias exportadoras de produtos industriais que possuem tratado de livre comércio com os Estados Unidos”, segundo Barbosa (2011). Assim, por não possuir uma boa estrutura de exportação de matérias-primas, foi prejudicado pelo *boom* das *commodities*, exceto no ramo petrolífero, no qual a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) adquiriu os direitos de exploração em campos petrolíferos de águas profundas no Golfo do México. Além disso, em virtude de possuir uma estrutura produtiva voltada para os EUA, contraria alguns interesses chineses no país. Em anos mais recentes, os investimentos estão mais direcionados aos setores de energia renovável e automobilístico (SANTO, 2018; WOLF, 2018).

Já o Equador e Uruguai são classificados como “países pequenos e potenciais exportadores de *commodities* com reduzidos parques industriais” por Barbosa (2011) e, portanto, não foram beneficiados pelo efeito China, nem prejudicados visto que possuem pouca base industrial. Em relação ao primeiro, os poucos investimentos realizados foram em áreas de refino e extração de petróleo, além do setor de cobre. Em relação ao segundo, não há investimentos chineses, apenas relações de exportações e importações (SANTO, 2018; WOLF, 2018).

Portanto, se verifica uma alta concentração dos fluxos de IED chineses em relação ao seu destino, mas destaca-se que isso decorre dos tipos de economia em que os países estão classificados segundo Barbosa (2011). Ou seja, a centralização das inversões são uma consequência das necessidades chinesas irem de encontro a potencialidade dos países. Nas nações em que a pauta exportadora é concentrada em *commodities*, há uma forte e positiva presença chinesa, contribuindo com a balança comercial e diminuindo o impacto da crise de 2008. Já as nações com parques industriais, a competitividade dos produtos chineses prejudicou as manufaturas latino-americanas nos mercados domésticos e internacionais (BARRAGÁN, CASTILLO, 2017; PETERS, 2019; JUNQUEIRA, 2020).

5 CONCLUSÃO

Durante o estudo ficou nítido que as relações entre a América Latina e a China se intensificaram com a entrada da China na OMC em 2001 e, posteriormente, com a publicação do primeiro “Livro Branco da China para a América Latina” em 2008, no qual foram institucionalizados os critérios que orientam a sua relação com os países da região. Assim, dentro de uma década a China deixou de ser apenas receptora e passou a ser também exportadora de IED, a partir do qual moldou suas relações com os demais países em função das suas necessidades nacionais.

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar o investimento estrangeiro direto chinês na região latino-americana a partir dos anos 2000, procurando identificar suas características, motivações e determinantes, além dos setores e países investidos. Nossa hipótese de que a China iniciou seus investimentos externos apenas em busca de novos mercados e, somente em 2008, buscou suprir a demanda interna de insumos básicos, não se confirmou. A partir do estudo, verificou-se que, já em um primeiro momento, as inversões chinesas buscaram a segurança energética, mercado consumidor e apoio para impulsionar as agendas estratégicas, investindo assim nos setores de recursos primários e manufatureiro.

Posteriormente, com a crise financeira mundial de 2008, houve uma perda do dinamismo econômico nos países desenvolvidos e um conseqüente aumento do interesse pelos países emergentes. Assim, a China continua sua busca por mercados consumidores e passa a buscar também ativos de empresas locais. Entretanto, a partir de 2013, o país ajustou sua estratégia *Going global* visando atender aos objetivos nacionais em seu novo padrão de crescimento e decidiu aumentar seu foco no setor manufatureiro objetivando o comércio doméstico e o mercado consumidor latino-americano. Portanto, também houve um aumento dos investimentos nos setores de serviço e inovação, que ganharam destaque devido à tentativa chinesa de criar uma rede suporte ao primeiro e desenvolver canais de distribuição mais eficientes. Assim, é notável que o IED chinês sofreu uma transformação em direção à diversificação, principalmente em virtude do fim do *boom* das *commodities*, mas ressalta-se que o setor de recursos naturais ainda possui a maior parte do montante destinado a região, principalmente as indústrias extrativas de petróleo, cobre e minério de ferro.

Assim, a distribuição setorial das inversões chinesas na América Latina apresenta-se, por enquanto, ainda diferente das inversões chinesas de maneira geral, mas há um direcionamento para os mesmos setores. Os investimentos chineses gerais são concentrados, em sua maioria, nas seguintes áreas: manufatura; informação e informática; leasing e serviços empresariais; e

pesquisa científica. Também, destaca-se o setor de intermediação financeira, que recebe grandes montantes, mas reflete investimentos em centros financeiros e paraísos fiscais, utilizados para futuras fusões e aquisições em outras áreas e nações, dificultando a análise do IED.

No que tange ao destino das inversões chinesas, há uma alta concentração em direção a região asiática, além de em algumas poucas economias em cada região específica, o que é consequência da busca por paraísos fiscais e das necessidades chinesas irem ao encontro da potencialidade dos países. A estratégia da China inclui moldar suas relações de acordo com a trajetória de desenvolvimento de cada país e, por isso, foi importante utilizar as classificações de Barbosa (2011) para entender o motivo das inversões estarem concentradas em três países na América Latina: Brasil, Peru e Argentina. Assim, os investimentos chineses seguem a lógica da dimensão comercial e adaptam diferentes políticas ao contexto das nações com o qual se negocia.

Portanto, o estudo acerca da presença chinesa na América Latina se insere em um campo de pesquisas que deve ainda se desenvolver e superar as dificuldades apresentadas por diversos trabalhos consolidados sobre a área. Entre estas, destaca-se a divergência entre os diversos bancos de dados, principalmente no que se refere ao destino das inversões, visto que alguns consideram o destino final e outros o inicial, que na maioria das vezes são nações que concedem benefícios fiscais aos investimentos estrangeiros.

Espera-se que este estudo tenha contribuído para o debate deste fenômeno relativamente recente, os IEDs chineses na América Latina. Também se ressalta que a região latino-americana possui uma posição estratégica importante nas políticas estratégicas do dragão asiático, embora isso possa, até mesmo, aprofundar as assimetrias existentes entre os países da região e a China do ponto de vista das suas relações de comércio e investimento. Essa assimetria decorre do peso econômico da China que, por ser uma potência econômica global, ascende em termos de comércio, investimentos, capacidade produtiva e tecnologia, expandindo-se para outros países e regiões do mundo, entre elas as historicamente exploradas no Sul Global, como África, América Latina e Ásia.

Para Fiori (2014), essas discrepâncias ocorrem em razão do tipo de economia que cada país pertence: a China está inserida no grupo que não aceita a ordem hierárquica e adota estratégias para manter o crescimento acelerado, objetivando maximizar sua participação no poder mundial; a América Latina, principalmente os três países com maiores inversões chinesas, possuem fortes indústrias e ciclos de crescimento, porém, não possui condições de desafiar a ordem estabelecida e tem se conformado com a posição de fornecedor de bens

específicos e commodities. Sendo assim, as relações tendem a ser mais perigosas ao Brasil, visto que a especialização nas *commodities* implica a manutenção da divisão internacional do trabalho e uma participação marginal dos países latino-americanos nas cadeias globais de valor nas mercadorias com mais intensidade tecnológica.

Nesse contexto, há uma importante discussão sobre se as consequências desse relacionamento são positivas ou não. É evidente que a entrada dos investimentos estrangeiros diretos chineses trouxe um crescimento para a região, tanto em termos econômicos quanto de poder no cenário internacional. Entretanto, isso ocorreu em razão do crescimento da demanda chinesa que possibilitou o *boom* das *commodities*, elevando o crescimento da economia, valorizando as moedas nacionais, reduzindo o desemprego e possibilitando o aumento de gastos sociais no sentido de reduzir a pobreza e aumentar a proteção social.

Contudo, é relevante destacar, em consonância com outros autores, que este aprofundamento das relações entre América Latina e China e o consequente aumento do IED chineses na região acarretaram um novo imperialismo. Esse termo, utilizado pela primeira vez por Harvey (2004), traz consigo a ideia de que a região passou por uma desindustrialização nacional e uma reprimarização da pauta de exportação, além de ter perdido competitividade internacional e ter estado mais vulnerável externamente e financeiramente.

Ainda não há consenso na literatura sobre essa discussão e, por isso, há a necessidade de continuar o estudo sobre os impactos do IED chinês na região. Entretanto, é possível analisar que o padrão de investimentos setoriais reproduz a clássica divisão internacional do trabalho, na qual a América Latina exporta *commodities* e importa manufaturados, o que já indica um movimento em direção ao novo imperialismo. Além disso, outro fator recente que pode acelerar esse processo em diversos países da região, especificamente o Brasil devido sua relação com a China a partir dos BRICS, é a política dos governos de direita que ascenderam ao poder recentemente, na qual há uma abertura dos setores estratégicos para a entrada das empresas multinacionais, além dos programas de privatizações de empresas e ativos públicos.

Por fim, ressalta-se que há uma grande margem para o crescimento das inversões chinesas na região latino-americana, visto que a maior parte dos países que reconhecem Taiwan como governo legítimo da China encontram-se na América Central, América do Sul ou no Caribe. Assim, esses países ainda não foram impactados pela entrada do IED chinês no mercado internacional, algo que Pequim busca modificar, como já visto no caso do Panamá em 2017. Ademais, há um vácuo de poder crescente em relação à influência norte-americana na região, que pode ser visualizado pela saída dos Estados Unidos de alguns acordos importantes, como o NAFTA e o Acordo Transpacífico.

Sabendo disso, faz-se extremamente importante aprofundar o debate sobre o papel da China em âmbito mundial, adentrando às especificidades de sua dinâmica econômica e política. Ao mesmo tempo, é necessário estudar os possíveis impactos que ela gera neste cenário, visto que a China leva à cabo uma dinâmica que vai além da obtenção de lucros de curto prazo e é motivada por uma lógica estatal que atende a objetivos políticos e estratégicos.

REFERÊNCIAS

- AVENDANO, Rolando; MELGUIZO, Angel; MINER, Sean. **Chinese FDI in Latin America: New Trends with Global Implications**. Washington, D.C.: Atlantic Council, 2017.
- ARRIGHI, G. **Adam Smith em Pequim**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- BARBOSA, A. d. China e América Latina na nova divisão internacional do trabalho. In: R. P. LEÃO, E. C. PINTO, & L. ACIOLY, **A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos**. Brasília: IPEA, 2011, p. 269-302.
- BERNAL, Richard L. Chinese Foreign Direct Investment in the Caribbean: Potential and Prospects. **IDB Technical Note**, n 1113. Washington, D.C.: Inter-American Development Bank, 2016.
- BUCKLEY, Peter J. *et al.* The determinants of chinese outward direct investment. In: BUCKLEY, Peter J. **Foreign Direct Investment, China and the World Economy**. London: Palgrave Macmillan, 2010.
- CAI, Kevin G. Outward Foreign Direct Investment: A Novel Dimension of China's Integration into the Regional and Global Economy, **The China Quarterly**, v. 160, p. 856-880, dezembro de 1999.
- CARVALHO, Lucas Lopes. **Planejamento chinês desenvolvimentista**. 2020. 48 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2020
- CUÉLLAR, Alejandra; BAUER, Sophie. Investimentos diretos da China desaceleram na América Latina. **Diálogo Chino**, [S.I.], 18 abri. 2019. Disponível: <<https://dialogochino.net/pt-br/comercio-e-investimento-pt-br/25775-investimentos-diretos-da-china-desaceleram-na-america-latina/>>. Acesso em: 13 ago. 2022
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe: Resumo executivo**. 2019. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/44706-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2019-resumo-executivo>>. Acesso em 22 de agosto de 2022.
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe: Resumo executivo**. 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/46544-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2020-resumo-executivo>>. Acesso em 23 de agosto de 2022.
- Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). **O Investimento Estrangeiro Direto na América Latina e Caribe: Resumo executivo**. 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/47173-o-investimento-estrangeiro-direto-america-latina-caribe-2021-resumo-executivo>>. Acesso em 22 de agosto de 2022.

CHEN, Taotao; PÉREZ-LUDEÑA, Miguel. Chinese foreign direct investment in Latin America and the Caribbean. **Production Development Series**, n. 195. Santiago: United Nations, 2014.

CHINA. **China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean**. Disponível em: <http://english.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>. Acesso em: 19 agosto 2022.

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. **American Enterprise Institute**. Disponível em: <<https://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>>. Acesso em 03 de julho de 2022.

CINTRA, Marcos Antônio Macedo; PINTO, Eduardo Costa. China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento. In: **Revista de Economia Política**, Vol. 37, nº 2, Pp. 381-400, 2017.

Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). **Investimento Chineses no Brasil 2016**. Disponível em: <<https://cebc.org.br/2018/07/12/investimentos-chineses-no-brasil-2016/>>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

_____. **Investimentos Chineses no Brasil**. Rio de Janeiro: CEBC, 2017.

CUNHA, I. J. **China: o passado e o futuro de um gigante**. Florianópolis: Visual Books, 2008.

DAVIES, Ken. **China investment policy: an update**, OECD Working Papers on International Investment, 2013/01, OECD Publishing. Disponível em https://www.oecd.org/china/WP-2013_1.pdf, acesso em 05/09/22.

Economic Commission for Latin America and the Caribbean – ECLAC. **Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean**. Santiago: United Nations, 2017.

FERRAZ, Giselle Caroline Marques; DIEGUES, Antônio Carlos. Planejamento Econômico E Política Industrial Na China: Dos Planos Quinquenais Ao Made In China 2025, p. 1102-1120. In: Anais do IV Encontro Nacional de Economia Industrial e Inovação. São Paulo: Blucher, 2019.

FIORI, J. L. **História, estratégia e desenvolvimento**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GRANSOW, Bettina. Chinese Investment in Latin American Infrastructure: Strategies, Actors, and Risks. In: In: PETERS, Enrique Dussel; ARMONY, Ariel C. (Coord.). **Beyond raw materials: Who are the actors in the Latin America and Caribbean-China Relationship**. Buenos Aires: Nueva Sociedad, 2015.

HAFFNER, Jacqueline A.; NOGUEIRA, Alberto Marcos. O papel do Estado Chinês nos investimentos externos diretos (IDE) na América Latina. **II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina: anais**, [s. l.], ed. 1, 2016. PDF.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HENDLER, Bruno; RODRIGUES, Bernardo Salgado. Investimento externo chinês na América Latina e no Sudeste Asiático: uma análise de escopo, valores e setores-alvo. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 6, ed. 3, p. 5-25, 2018. Arquivo digital.

ICBC buys 80% of Standard Bank Argentina. **China Daily**, Beijing, 05 agosto 2011. Disponível em: <http://www.chinadaily.com.cn/business/2011-08/05/content_13061176.htm>. Acesso em: 16 de agosto de 2022.

JUNQUEIRA, Emerson Maciel. **A posição brasileira na política Going Global da China (2000-2018)**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/192982>>. Acesso em: 25 ago. 2022.

KISSINGER, Henry A. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KUPFER, David; FREEITAS, Felipe Rocha de. Direções do investimento chinês no Brasil 2010-2016: Estratégia nacional ou busca de oportunidades. In: JAGUARIBE, Anna. **Direction of Chinese global investments: implications for Brazil**. Brasília: FUNAG, 2018. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/CHINESE-GLOBAL-INVESTMENT_FINAL.pdf. Acesso em: 2 ago. 2019.

LIBÂNIO, G. Economia internacional e perspectivas do desenvolvimento brasileiro. In: ANDRADE, M.; ALBUQUERQUE, E. (Eds). **Alternativas para uma Crise de Múltiplas Dimensões**. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2018.

_____. Mr. Bolsonaro and the Chinese: a suggested interpretation. **Brazilian Keynesian Review**, v. 4, n. 2, p. 300-312, 11 Mar. 2019.

LUO, Yadong; XUE, Qiuzhi; HAN, Binjie. How emerging market governments promote outward FDI: Experience from China. **Journal of World Business**, v. 45, n. 1, p. 68-79, 2010.

LEITE, Alexandre César Cunha. **O projeto de desenvolvimento econômico chinês-1978-2008: a singularidade de seus fatores políticos e econômicos**. 2011.

MEDEIROS, Carlos Aguiar. Expansão chinesa recente e os desafios geopolíticos. In: FIORI, José Luis; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008. cap. Parte II, p. 254-269. ISBN 9788501085269.

_____. Padrões de investimento, mudança institucional e transformação estrutural na economia chinesa. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950–2008): América Latina, Ásia e Rússia Vol. 2**. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.

MEUNIER. Chinese Direct Investment in Europe: Economic Opportunities and Political Challenges. In: ZENG, Ka (Ed.). **Handbook of the International Political Economy of China**. Reino Unido: Edward Elgar, 2019.

National Bureau of Statistics of China. **Statistical Database**. Disponível em: <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>>. Acesso em: 03 ago. 2022.

PAUTASSO, Diego. “Desenvolvimento e poder global da China: a política Made in China 2025”. **Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations**, v. 18, p. 183-198, 2019.

PEREIRA, Lia B. Valls. As relações econômicas Brasil-China: do comércio para o investimento. In: JAGUARIBE, Anna (Ed.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

PÉREZ-LUDEÑA, Miguel. Chinese Investments in Latin America: Opportunities for growth and diversification. **Production Development Series**, n. 208. Santiago: United Nations, 2017.

PETERS, Enrique Dussel. China's OFDI in Latin America and the Caribbean (200-2018) Debates and General Tendencies. In: PETERS, Enrique Dussel (Ed.) **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

PETROBRAS sells Peru unit to PetroChina/CNPC for \$2.6 billion. **Reuters**, 13 de novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.reuters.com/article/us-petrochina-petrobras-acquisition/petrobras-sells-peru-unit-to-petrochina-cnpc-for-2-6-billion-idUSBRE9AC0CU20131113>>. Acesso em: 11 de agosto de 2022.

POMAR, Wladimir. **A revolução chinesa**. Unesp, 2003.

RAMIREZ, Miguel D. Economic and Institutional Determinants of FDI in Latin America: A Panel Study. **Working Papers**, 1003, Trinity College, Department of Economics. Disponível em: <https://ideas.repec.org/p/tri/wpaper/1003.html>. Acesso: 03 agosto 2022.

Red ALC-China. Red ALC-China. **Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe**. Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (Red ALC-China) y Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe. México, 2018.

ROSENTHAL, Ruben. A longa marcha rumo à liderança econômica: o plano Made in China 2025. **DTM em debate**, [S.I.], 12 ago. 2020. Disponível: <<https://www.dmttemdebate.com.br/a-longa-marcha-rumo-a-lideranca-economica-o-plano-made-in-china-2025/>>. Acesso em: 13 ago. 2022.

RUIZ, Ricardo Machado. Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China. Texto para Discussão, Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, n. 299, 2006.

SAUVANT, K. P., CHEN, V. Z. **China's Regulatory Framework for Outward Foreign Direct Investment**. Columbia Center on Sustainable Investment, feb./2014. Disponível em <http://ccsi.columbia.edu/2014/01/15/chinas-regulatory-framework-for-outward-foreign-direct-investment>. Acesso em 05/09/22.

SANTO, Murillo Müller do Espírito. **O investimento estrangeiro direto chinês na América Latina e Caribe: características e determinantes**. 2018. 95 f. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SOUZA, Alexandre de. Investimentos Chineses na América Latina no século XXI: divisão internacional do trabalho e impactos locais. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 43., 2019, Caxambu. **Anais**. Caxambu: [s.n.], 2019.

SOUZA, A. M. Desenvolvimento, expansionismo e integração regional. **Anais do I circuito de debates acadêmicos**, 2011.

_____. Novíssima dependência e as relações Brasil-China. In: 6º Encontro abri, 2017. Belo Horizonte, PUC-Minas. Disponível em: <http://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1498862205_ARQUIVO_ABRI2017>. Acesso em: 25/09/2022.

THE WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: 12 de outubro de 2019.

TSAI, Tung-Chieh; LIU, Tony Tai-Ting. “China’s Relations with Latin America”. IN.: KAVAL-SKY, Emilian (ed.). **The Ashgate Research Companion to Chinese Foreign Policy**. Surrey, Ashgate, 2012. p.287-298.

United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). **UNCTADstat**. Disponível em: < <https://unctadstat.unctad.org/EN/> >. Acesso em 02 de julho de 2022.

_____. **World Investment Report 2019**: Special economic zones. New York and Geneva: United Nations, 2019.

_____. **World Investment Report 2021**: Investing in sustainable recovery. New York and Geneva: United Nations, 2021.

_____. **World Investment Report 2022**: Regional trends, developing Asia. New York and Geneva: United Nations, 2022.

VADELL, Javier. A China na América do Sul e as implicações geopolíticas do Consenso do Pacífico. **Revista Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, p.57-79, nov. 2011.

VALLIM, Roberto Bosen. **Investimentos Externos Diretos da China no Resto do Mundo**. 2012. 77 f. TCC (Graduação) - Curso de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

WILLIAMS, Kevin. Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: An Empirical Analysis. **Latin America Journal of Economics**, v. 52, n. 1, p. 57-77, 2015.

WOLF, Caio Marcelo. **Brasil e China neste início de século**: do predomínio das relações comerciais ao avanço dos investimentos diretos chineses no Brasil. 2018. 43 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado) - Curso de Geografia, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/203637>>. Acesso em: 09 ago. 2022

WOLF, Caio Marcelo. Brasil e China: das relações comerciais ao avanço dos investimentos diretos chineses no Brasil. In: ENANPEGE, 13., 2019, São Paulo. **Anais eletrônicos**. São Paulo: ANPEGE, [s.n.], 2019.

XIAOYU, Song. Regulations of Chinese OFDI: General Trends in Latin America and the Caribbean (2000-2018). In: PETERS, Enrique Dussel (Ed.) **China's Foreign Direct Investment in Latin America and the Caribbean: Conditions and Challenges**. Cidade do México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2019.

YUNING, Gao; QINZHEN, Wang. China's Global Investment: Structure, Route and Performance. In: JAGUARIBE, Anna (Ed.). **Direction of Chinese Global Investments: Implications for Brazil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2018.

ZHANG, Kevin. Canada in China: Going Global: The Why, When, Where and How of Chinese Companies Outward Investment Intentions. **Asia Pacific Foundation of Canada**, n. 5, p. 3-44, novembro de 2005.

ZHANG, Xiaoxi; Daly, Kevin. The Determinants of China's Outward Foreign Direct Investment. **Emerging Markets Review**, v. 12, n.4, p. 389-398, 2011.

ZHENG, Lu. O caminho do desenvolvimento econômico chinês. BELLUCCI, B.(Comp.). **Abrindo os olhos para a China**. Rio de Janeiro: Educam, p. 75-99, 2004.